

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA OU O ELOGIO DA DERROTA*

Gonçalo Sampaio e Mello

“A vida humana vale o que valer o seu ideal e o que valer a forma por que se procurou efectivá-lo. O homem não vive só de pão. O pão é amargo se a flor do ideal o não tempera.”

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA



Encontramo-nos hoje reunidos neste belo Palácio Valenças, sede do Arquivo Histórico de Sintra, para assinalar condignamente a doação ao Município do espólio de Luís de Almeida Braga.

Escritor, historiador, jurista, etnógrafo e doutrinador, Luís de Almeida Braga aparece como figura cimeira da Literatura portuguesa do século XX e como vulto de referência obrigatória no panorama das nossas Ideias Políticas.

Nascido em Braga em 1886 no seio de uma família de letrados e homens da terra,¹ antigo aluno dos padres da Con-

* Palavras proferidas na cerimónia de assinatura do protocolo de doação do arquivo de Luís de Almeida Braga à Câmara Municipal de Sintra (Palácio Valenças, 3 de Dezembro de 1997). Intervieram na sessão, para além do autor destas linhas, a Sr.^a D. Maria do Carmo de Almeida Braga Pinheiro Torres, Filha do Homenageado, e os Drs. José Mattoso, Abreu Peixoto e Eugénio Montoito. Encerrou a cerimónia a Sr.^a Dr.^a Edite Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Sintra. Após revisão literária, foram as mesmas palavras publicadas em letra de imprensa na revista «*Vária Escrita. Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais*», Sintra, n.º 7, 2000.

¹ O pai, Carlos de Almeida Braga, foi advogado e político, tendo-se destacado no exercício das funções de Governador Civil de Aveiro; o avô deste, Cons. Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida, foi jurisconsulto de renome; o tio-avô, Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, colega de curso de José Luciano de Castro, Barjona de Freitas, Gama Barros, Soares de Passos, Procurador-Geral da Fazenda, trocou correspondência com Herculano; um outro parente colateral, João Joaquim de Almeida Braga, distinguiu-se enquanto polemista católico, autor de obras como *O Christianismo e o Seculo*, *Jesus Christo perante o Seculo*, *O Prestigio das Palavras*. Em Tadim (Casa das Quintães), Gondarém (Quinta do Outeiral) e Vila Verde (Pico

gregação do Espírito Santo, foi em Coimbra que o jovem Almeida Braga completou a sua formação mental, tendo pertencido a uma geração académica duramente batida pelos ventos do espírito: a geração em que pontificaram Paulo Merêa e Cabral de Moncada, António Sardinha e Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz e Alfredo Pimenta.² Antes ainda da proclamação

de Regalados) ficavam as propriedades da Família. Cfr. Augusto Pinto Osorio, «José Luciano de Castro», in *O Direito. Homenagem a José Luciano de Castro*, Maio de 1914, pp. 20-21; Manuel de Boaventura, «Bracarenses Ilustres. Dr. Joaquim Januario de Sousa Torres e Almeida», in *Diario do Minho*, ed. 25 de Março de 1926 e «Bracarenses Ilustres. João Joaquim d'Almeida Braga», *Ibidem*, ed. 26 de Março de 1926; Maria José Marinho, «Almeida, Joaquim Januário de Sousa Torres e», in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. I, Lisboa, 2004, pp. 133-135; Fernando Moreira, «Braga, Carlos de Almeida», *Ibidem*, pp. 432-433; José Manuel Villas-Boas, *Caderno de Memórias*, Lisboa, 2003, pp. 237-241.

² E ainda nomes ilustres como Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Veiga Simões, Eugénio Massa, Álvaro dos Reis Torgal, Armando Marques Guedes, José Maria Braga da Cruz, Simeão Pinto de Mesquita, Albino Vieira da Rocha, Martinho Nobre de Mello, José Pequito Rebello, Francisco Homem Christo, todos eles alunos da Faculdade de Direito de Coimbra no lapso que medeia entre 1905 e 1910. A data da 1.ª matrícula de Luís de Almeida Braga remonta a 1907, tendo ficado a ser colega de carteira de Nobre de Mello e Vieira da Rocha. Nos exames finais do 1.º ano viu-se distinguido com 16 valores na disciplina de *História geral do Direito Romano, Peninsular e Português*, então regida pelo lente Caeiro da Matta (v. *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1908-09, pp. 33, 38; Gonçalo Sampaio e Mello, *Apontamentos para a história do Ensino do Direito Romano em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1991, p. 247). Sobre a passagem de Almeida Braga pelo Paço das Escolas, cfr., do próprio: «Uma página da Sebenta» e «Os soldados de Couceiro» na obra *Sob o Pendão Real*, Lisboa, 1942, pp. 201 ss., 300 ss.; e «Saudades de Coimbra», na obra *Núvens sobre o Deserto*, Lisboa, 1954, pp. 83-93. Como textos de enquadramento geral, vide, entre vários: Marnoco e Sousa & Alberto dos Reis, *A Faculdade de Direito e o seu Ensino*, Coimbra, 1907; Veiga Simões, *Livro das Saudades escripto por Veiga Simões, estudante que foi na cidade de Coimbra*, Porto, 1912; Hipólito Raposo, *Livro de Horas escrito por Hippolyto Raposo sendo escolar de Leis na Universidade*, Coimbra, 1913; Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra*, Lisboa, 1943; Pires de Lima da Fonseca, *Carvões, Paisagens e Figuras*, Lisboa, 1943; Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra, 1962; Natália Correia, *A Questão Académica de 1907*, Lisboa, 1962. Mais recentemente: António Costa Pinto, «A formação do integralismo lusitano», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982; Aníbal Pinto de Castro, *Luís de Almeida Braga*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1987 [conferência proferida por ocasião do Centenário do Nascimento do Escritor]; António José Soares, *Saudades de Coimbra*, vol. I, 1901-1916, Coimbra, 1985; Alberto Sousa Lamy, *A Academia de Coimbra. 1537-1990*, Lisboa, 1990;

da República vêmo-lo subscritor de uma mensagem de apoio ao rei D. Manuel II³ e redactor do semanário monárquico-académico *Patria Nova*, que então polemizava com o jornal *A Revolta*, órgão dos estudantes republicanos. Proclamada aquela, todavia, Almeida Braga desaparece de Coimbra: ninguém mais o vê a partir da Páscoa de 1911, pois por essa altura, interrompendo deliberadamente o seu curso de Direito, partia para a Galiza a fim de se alistar como soldado raso nas hostes de Paiva Couceiro, o antigo Capitão de África que então pugnava pela restauração das Instituições Tradicionais.⁴ Comendo o pão amargo do exílio pela primeira vez, achou-se Almeida Braga, nesse mister, em todos os combates que o caudilho monárquico andou chefiando pelo norte do País⁵ - em Vinhais e Casares,

Luís Cabral de Moncada, *Memórias. Ao longo de uma Vida (Pessoas, factos, ideias)*, Lisboa, 1992; Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880-1926). Contributo para a sua História*, Coimbra, 2002.

³ Foi entregue a mensagem pessoalmente ao soberano em Maio de 1908, tendo-se deslocado a Lisboa uma deputação de professores e estudantes de Coimbra para o efeito. Na obra *D. Manuel II – História do seu Reinado e da proclamação da República*, Rocha Martins arrola o nome dos académicos que a subscreveram, figurando entre eles Luís de Almeida Braga, a par de outros escolares de relevo. Sobre o assunto v. Rocha Martins, op. cit., Lisboa, 1931, pp. 70-71; Alberto Sousa Lamy cit., pp.175-176.

⁴ Fê-lo ao lado do seu irmão Joaquim, enquanto o pai, Dr. Carlos de Almeida Braga, apoiava financeiramente as Incursões. Datados de 12 de Maio e 1 de Junho de 1912 existem no arquivo da Sr.^a D. Maria do Carmo de Almeida Braga Pinheiro Torres documentos originais que assim o comprovam: v.g. uma carta autógrafa do próprio Couceiro, agradecendo a ajuda em numerário que acabara de perceber. Na obra de Joaquim Leitão *Em marcha para a 2.^a Incursão* estampa-se uma fotografia dos dois irmãos Almeida Braga envergando o uniforme civil dos emigrados (Porto, 1915, p. 137). Refira-se que Carlos de Almeida Braga veio a ser julgado em tribunal militar pelo papel que desempenhou neste movimento, sendo defendido pelo seu parente e colega José Maria Braga da Cruz. V. Manuel Braga da Cruz, *José Maria Braga da Cruz. O combate de uma Vida. 1888-1979*, Lisboa, 2004, pp. 29, 36-38.

⁵ Nos quais chegou a arriscar a vida. Escreve a respeito Joaquim Leitão, o mais minucioso cronista das Incursões: “De Chaves, estribados nas reservas de Montalegre, não cessava o despejar de balas e granadas. O tenente Caio, rijamente atacado pela direita, querendo resistir ainda, manda o ajudante Luiz d’Almeida Braga ao chefe do Estado Maior, a pedir reforços. O bravo ajudante, para ir ao Quartel General, tinha de fazer uma marcha penosa e longa, por um terreno aspero, onde se erguiam ainda os pés duros do milho ceifado de fresco. Esse campo estava vasio. Só elle,

em Chaves e Soutelinho da Raia.⁶ Todavia, a causa pela qual pugnava não vingou; e, na sequência, gorada a tentativa restauracionista e dispersos pelo Governo Espanhol os núcleos de emigrados portugueses que sustentavam as Incursões,⁷ vêmo-lo

nesse instante, o atravessava. Uma chuva de balas caía junto do emissário. Ao baterem na terra erguiam nuvensinhas de poeira, pequeninos vulcões: - era como se a terra espirrasse. Do alto do môro, o irmão Joaquim e Domingos (Fezas) Vital seguiam-no anciosamente, angustiosamente. Os dois fraternos camaradas viam perfeitamente que o Luiz estava sendo alvejado pelos tiros de Chaves. Nisto, elle atingiu o muro que corria ao fundo do campo. Abrigou-se com elle, desaparecendo à vista do irmão e do amigo. Joaquim d'Almeida Braga cuidou o Luiz atingido pelas balas inimigas e numa voz dulcíssima, em que já não cabia ódio e havia só saudade, murmurou: - "*Lá m'õ mataram!*" Mas Luiz Braga volta d'ahi a pouco, vivo e ileso, com a resposta do Estado Maior: retirar. E o tenente Caio retira... (*O Ataque a Chaves*, Porto, 1916, pp. 172-173).

⁶ Admirador da figura de Paiva Couceiro desde que acorreu à Galiza para se lhe juntar, Almeida Braga prefaciou o livro do Comandante *Profissão de Fé – Lusitânia Transformada* (Lisboa, 1944, pp. IX-XXXII) e dedicou-lhe os textos «Os soldados de Couceiro» (in *Sob o Pendão Real* cit., pp. 297-309) e «Meditação» (in *Paiva Couceiro - Biografia Política e In Memoriam*, Lisboa, 1946, pp. 144-145) – nos quais ilustra bem o apreço que nutria por aquele a quem chama de “professor de patriotismo e de heroísmo”, “uma das almas mais ricas, mais nobres, mais vibrantes e determinadas que em Portugal se formaram”. O prefácio a que atrás se alude encontra-se também reproduzido na obra *Espada ao Sol*, Lisboa, 1969, pp. 73-82.

⁷ Sobre as Incursões Monárquicas de 1911 e 1912 e seu enquadramento histórico-político, entre vasta bibliografia, ver: Joaquim Leitão, obs. cit.; Carlos Malheiro Dias, *O Estado actual da Causa Monarchica*, Lisboa, 1912 e *Do Desafio à Debandada*, 2 vols., Lisboa, 1912; Abílio Magro, *A revolução de Couceiro. Revelações escandalosas, Confidencias, Crimes*, Porto, 1912; António d' Eça de Queiroz, *Na Fronteira. Incursões Monarchicas de 1911 a 1912*, Porto, 1915; Alfredo de Freitas Branco, *No Exílio. Cenas da vida dos Conspiradores Monarquicos*, Lisboa, 1917; Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a História e liquidação de Responsabilidades*, Porto, 1934; Manuel de Bettencourt e Galvão, *Dom Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, 1943; David Ferreira, «Chaves, Combate de» e «Vinhais, Incursão de», in *Dicionário de História de Portugal*, vols. I e IV, Lisboa, 1971. Mais recentemente: Carlos Bobone, «Diário de um Rebelde de 1911», in *Portugueses*, n.º 4, Agosto de 1988; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XI (1910-1926), Lisboa 1989; Artur Ferreira Coimbra, *Paiva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica (1910-1919)*, Braga, 2000; Armando B. Malheiro da Silva, *Os conspiradores no sul da Galiza. As incursões monárquicas (1911-1912) na Literatura Portuguesa*, Braga, 2001; Pedro Soares Martínez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*, Lisboa, 2001; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas. 1910-1920*, Lisboa, 2002; Vasco Pulido Valente, *Um Herói Português – Henrique*

partir para mais longe – para a Bélgica, a “terra da Flandres” -, mas não sem que antes registasse a António Sardinha, em confiança, as suas impressões e esperanças de emigrado.⁸ É na Bélgica, pátria do segundo exílio, que Almeida Braga retoma lições de Direito, ora em Gand (1912-13), ora em Bruxelas (1913-14); é na Bélgica que traduz para a língua francesa o célebre *Auto da Alma* de Gil Vicente;⁹ é nela que recolhe e acumula materiais para a feitura do seu primeiro livro – *Pão Alheio*;¹⁰ é nela, enfim, que Almeida Braga, juntamente com

de Paiva Couceiro, Lisboa, 2006; Filipe Ribeiro de Meneses (org.), *Paiva Couceiro. Diários, Correspondência e Escritos Dispersos*, Alfragide, 2011; Luís Bigotte Chorrão, *Política e Justiça na I República*, vol. 1 – 1910-1915, Lisboa, 2011; Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República. 1910-1919*, Coimbra, 2010 e «Incursões Monárquicas», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, 2014.

⁸ V.g. na carta de 14 de Março de 1912, hoje arquivada no Espólio de António Sardinha que a Biblioteca João Paulo II da U.C.P. conserva e parcialmente transcrita no estudo de José Manuel Quintas *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 2004, pp. 121-122. Outra correspondência relativa a este período existe no mesmo Arquivo.

⁹ Em co-autoria com Jos. Vandervelden. Saiu a tradução, sob o título *Le Mystère de l'Âme*, na revista *Durendal – Revue Catholique d'Art et de Litterature*, Outubro de 1913, Bruxelas, pp. 609-618. A antecede-la está o texto de Almeida Braga «Gil Vicente», no qual se contém uma biografia sumária do criador do Teatro Português (pp. 605-608).

¹⁰ *Pão Alheio*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1916, 262 pp.. Trata-se de uma obra evocativa da errância do Autor pelas terras da Bélgica e da Holanda, que visitou durante o exílio – Gand, Bruges, Damme, Malines, Ypres, Hal, Antuérpia... – descrevendo, à mistura, lendas, costumes, paisagens e figuras locais. Coalhada de imagens poéticas e repassada de misticismo religioso, foi obra que mereceu elogiosas recensões tão logo publicada: assim, da parte do poeta João de Castro Osório e do escritor tradicionalista António Sardinha. Retenham-se algumas palavras deste último: “No exílio, passeando a soledade de *Bruges-la-morte*, Luís de Almeida Braga sentiu-se bem, lá longe, o «conservador da semente portuguesa». É já agora o alto sonho que o enleva. Novos livros virão contar-nos que emprego nobilíssimo é o deste rapaz que teve já armas para se bater pela Pátria caída e a quem a arte difícil de escrever distingue com os seus segredos mais arrecadados. Nas nossas nobres letras, Luís de Almeida Braga descende da linhagem de Vasco de Lobeira, de Bernardim Ribeiro e de Francisco de Moraes Palmeirim. Nós, em Portugal, não nascemos para o romance porque nos falta natureza desapaixonada para as grandes dissecações. É a novela, por isso mesmo, um género literário criado por nós. Luís de Almeida Braga não será nunca um romancista pelos poderosos recursos de afectividade de que

outros emigrados fugidos à ressaca da Revolução, resolve fundar uma revista hoje rara e avidamente procurada – *Alma Portuguesa*,¹¹ periódico no qual se encontra plasmado pela primeira vez o conceito de «Integralismo Lusitano» como gênese do movimento de ideias que, a partir de 1914, irá propugnar o regresso do País às fontes puras da sua tradição: – o Catolicismo e a Monarquia – vistas como exigência de ordem pública, postulado de sobrevivência nacional, único recurso capaz de o manter erecto na rota da História e soberano no concerto das nações.¹²

dispõe. Será, porém, um novelista – talvez o novelista por que esperamos, para que se alevante com honra a herança abandonada de Camilo.” («No jardim da Raça», in *Ao Ritmo da Ampulheta*, Coimbra, 1925, pp. 100-101). Cumpre notar que o vínculo que uniu Luís de Almeida Braga à terra da Flandres permaneceu vivo no tempo, tendo-lhe sido outorgada em 1934 a Ordem Honorífica de Leopoldo, Rei dos Belgas. Existe prova documental desta distinção.

¹¹ *Alma Portuguesa. Órgão do “Integralismo Lusitano”* (*Revista de Philosophia, Litteratura e Arte, Sociologia, Educação, Instrução e Actualidades*), n.º 1, Louvain, Maio de 1913; n.º 2, Louvain, Setembro de 1913. Dirigida por Domingos de Gusmão Araújo e tendo como secretário de redacção Francisco Rolão Preto, ambos exilados políticos, a revista contou com a colaboração de Paiva Couceiro, Ayres de Ornellas, Alberto Pinheiro Torres, Alberto de Monsaraz, Alexandre Correia *et alii*. Luís de Almeida Braga assinou no seu primeiro número o poema «Ritmos do Outono sobre as fôlhas» (pp. 26-27) e no segundo o texto «Integralismo lusitano», no qual se capitula o pensamento literário da revista (pp. 53-57). Sobre a importância da *Alma Portuguesa* para a eclosão do movimento integralista, ver: Luís de Almeida Braga, «Caridade de Patria», in *Política*, ano I, n.º 10, 10 de Janeiro de 1930, pp. 6-9 e *Sob o Pendão Real* cit., pp. 424-433; Mário Saraiva, «Gênese do Integralismo», in *Apontamentos – História, Literatura, Política*, Lisboa, 1996, pp. 61-63; José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires* cit., pp. 91-112, 126-127.

¹² Ao ter conhecimento da publicação da revista, escrevia António Sardinha a Almeida Braga, então na Bélgica, as seguintes palavras, que vieram a tornar-se proféticas: “Há ali uma firmeza de intenções, uma unidade de designios que denuncia da vossa parte uma admirável coesão – uma juventude forte e homogenizada, procurando um emprego elevado para as suas horas, sequiosas de sentido e de fructo.” E adiante: “Eu deponho a minha fé inteira no belo movimento que começa a animar a gente da nossa idade. Os rapazes teem em toda a parte a situação e esse milagre de assombro, que é bem Deus falando pelas almas claras e generosas, [...] também entre nós – no nosso Portugal, traído e leiloado – começa a fecundar as vontades, a coordenar os impulsos, que o charco enoja e ainda fortifica mais. Há hoje um grupo constituído, que há-de ser o portador da grande labareda...” (*Caridade de Patria* cit., p. 8 e *Sob o Pendão Real*, pp. 426-427).

O modelo político que então se perfilava, e que o movimento integralista irá depois concretizar em pormenor, é, como se sabe, o de uma Monarquia de feição Tradicional: - católica, hereditária, orgânica, descentralizada, representativa, assente no poder histórico da coroa, na força política dos municípios e das províncias e na expressão dos corpos intermédios da sociedade.

Não irei traçar aqui, todavia, sequer *per summa capita*, as linhas mestras de tal modelo. Outros o fizeram já, quer à época e após a fundação do movimento,¹³ quer em tempos mais

¹³ Sobre o Integralismo Lusitano, para além da obra doutrinária dos seus fundadores, são de leitura proveitosa os títulos seguintes (relação meramente ilustrativa): João do Amaral, *Aqui d'El-Rei!...*, Lisboa, 1914; Integralismo Lusitano, *Cartilha Monarquica*, Lisboa, 1916; Mariotte (pseudónimo de Amadeu de Vasconcelos), *O nacionalismo rácico do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1917; Francisco Rolão Preto, *A Monarquia é a restauração da Inteligência*, Lisboa, 1920; Fidelino de Figueiredo, «Saudosismo e integralismo», in *Estudos de Litteratura*, 3.ª série, Lisboa, 1921; Fernão da Vide (pseudónimo de Francisco Beliz), *O Pensamento Integralista*, Lisboa, 1923; J. de Sousa Guimarães, *Erros de História (Lição a meus Filhos)*, Porto, 1925; Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos – L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1929 e *Folhas do meu Cadastro*, vol. I (1911-1925), Lisboa, 1945; Fernando Campos, *A genealogia do Pensamento Nacionalista*, Lisboa, 1931; Juan Vázquez de Mella, «Integralismo. Don Manuel y Don Duarte», in *Obras Completas*, vol. III, Madrid, 1931; Conde de Santibáñez del Rio, «El Integralismo Lusitano», in *Acción Española*, tomo III, Madrid, 1932; António Sérgio, «Teses “integralistas”», in *Ensaio*, tomo III, Porto, 1932; João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932; Raúl Proença, «Acêrca do Integralismo Lusitano», in *Páginas de Política*, Lisboa, 1938 (colectânea de textos publicados na revista *Seara Nova* entre Dezembro de 1921 e Julho de 1922); Theophilo Duarte, *Sidonio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, s.d. [1941]; Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1943; Fernando Amado, *Estrada Real*, Lisboa, 1943; Manuel de Bettencourt e Galvão, *Dom Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, 1943; Mário Saraiva, *Claro Dilema (Monarquia ou República?)*, Lisboa, 1944 e *Razões Reais*, Lisboa, 1970; José Pequito Rebello, *Pela dedução à Monarquia*, Lisboa, 1945; Jesús Pabón, *La Revolución Portuguesa*, vol. II (*De Sidonio Paes a Salazar*), Madrid, 1945; José Carlos Amado, «Abertura», in *Cidade Nova*, II série, n.º 5, 1951; Afonso Botelho, «Integralismo Português», in *Cidade Nova*, II série, n.º 5, 1951 e *El Integralismo Portugués*, Madrid, 1953; Carlos Eduardo de Soveral, «Nação Portuguesa», in *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, s.d. [1957]; Francisco de Sousa Tavares, «Uma tese sobre o Integralismo Lusitano», in *Combate Desigual*, Porto, 1960; Henrique Barrilaro Ruas, «Cristianismo e Integralismo», in *A Moeda, o Homem e Deus*, Lisboa, 1957 e *A Liberdade e o Rei*, Lisboa, 1971; Jacinto Ferreira,

recentes.¹⁴ Direi apenas que Almeida Braga, integralista dos

Para um verdadeiro Governo do Povo, Lisboa, 1963; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República. Autópsia de um Mito*, 3 vols., Lisboa, 1964-1965; António José de Brito, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1965; Domingos Maurício, «Integralismo Lusitano», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira*, vol. 10.º, Lisboa, 1970; David Ferreira, «Integralismo Lusitano», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1971; Rivera Martins de Carvalho, «Actualidade dos Mestres Integralistas», in *Diário Político e outras Páginas*, Lisboa, 1971 e *O Pensamento Integralista perante o Estado Novo*, Lisboa, 1971.

¹⁴ Sobre o Integralismo Lusitano, mais recentemente, cfr., entre abundante bibliografia: João Medina, *O Pelicano e a Seara. Integralistas e Seareiros juntos na Revista "Homens Livres"*, Lisboa, 1978; Raul Morodo, «Acción Española y el Integralismo Lusitano», in *Acción Española. Orígenes ideológicos del franquismo*, Madrid, 1980; Cecília Barreira, «Sindicalismo e integralismo: o jornal *A Revolução*», in *Análise Social*, vol. XVII (67-68-69), 1981 e «Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da "Nação Portuguesa", 1914-26)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982; Armando Barreiros Malheiro da Silva, *Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano*, Braga, 1982; Miguel Esteves Cardoso, «Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982; António Costa Pinto, «A formação do integralismo lusitano (1907-17)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, 1994 e «Integralismo Lusitano», in *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*, vol. VIII, Porto, 1999; Olga de Freitas da Cunha Ferreira. «António Sérgio e os integralistas», in *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1983, n.º 1 e «As doutrinas do Integralismo Lusitano no pensamento e na teoria de acção de Raúl Proença», in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985; A. Landa, «El Integralismo, LXX Años», in *Razón Española*, Madrid, n.º 6, Agosto-Setembro de 1984; Nuno Rogeiro, «Integralismo Lusitano», in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 3.º vol., Lisboa, 1985; Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986; Óscar Lopes, «O saudosismo integralista», in *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, vol. I, Lisboa, 1987; José António Cunha, Luís Manuel Bernardo, Maria Nazaré Barros, Mendo Castro Henriques, *A Filosofia Política no Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1987, [Prémio do Centenário do Nascimento de Luís de Almeida Braga]; Mendo Castro Henriques, «Perspectivas ético-económicas no Integralismo Lusitano», in *Contribuições para a história do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, 1988; Nunzia Argento, *António Sardinha e gli Scritti Dottrinari*, Nápoles, Istituto Universitario Orientale, 1990; Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano - Uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, 1991; Luís Manuel Reis Torgal, «Antero de Quental nas leituras "integralistas"», in *Revista de História das Ideias*, vol. 13, 1991 e «Antero e o "Integralismo" - Interpretação e Ideologia», in *Revista de Guimarães*, vol. 102, 1992; Paulo Archer de Carvalho, «Memória mítica da Nação - O caso do Integralismo Lusitano», in *Vértice*, II série, n.º 61, Julho-Agosto de 1994, «De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a eufo-

primeiros dias irá manter-se ao longo da vida aferrado às suas convicções de juventude, a exemplo daquele homem de Sá de Miranda que nunca mudou de rosto, de fé, de parecer; ou seja, irá conservar-se, pela vida fora, católico e monárquico, essencialista e corporacionista,¹⁵ municipalista e nacionalista e, na base de tudo isso, patriota - matricial e estruturalmente Português¹⁶.

ria mítica e a formidável paranóia», in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995 e «Ao Princípio era o Verbo: o Eterno Retorno e os mitos da Historiografia Integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996; Humberto Nuno Lopes Mendes de Oliveira, «Integralismo Lusitano - Ideologia e Actuação Política», in *Lusitana*, série de História, n.º 3, Abril de 1995; Mário Saraiva, «Génese do Integralismo», in *Apontamentos - História, Literatura, Política*, Lisboa, 1996; Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925): um Intelectual no Século*, Lisboa, 2006; Luís Bigotte Chorão, *A crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, 2009; Maria Odete Campos S. F. Cordeiro Gonçalves, *Nação e Portugalidade na obra literária de Luís de Almeida Braga*, Porto, 2009; Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República* cit., Coimbra, 2010; Filipe de Arede Nunes, *Estado Novo, Casamento e Código Civil*, Lisboa, 2011; José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires* cit., Lisboa, 2004, «Integralismo Lusitano», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, 2014 e «O Integralismo Lusitano para além das Etiquetas», in *As Raízes profundas não Gelam? Ideias e percursos das Direitas Portuguesas*, Alfragide, 2014.

¹⁵ Locução que reputava preferível à de "corporativista", então muito em voga em documentos oficiais: "Em diplomas oficiais, discursos gratulórios e outros escritos de circunstância encontra-se frequentemente a palavra *corporativismo* para designar uma grossa armação extra-económica e administrativa, de espaventosa marca burocrática. Tomado neste sentido, não merece o barbarismo correcção. Mas deverá dizer-se *corporacionismo* sempre que se pretenda aludir a uma organização económica e social, espontânea e livre, que tenha no município a pedra da lareira. Convém, contudo, não esquecer que, para bem observar as regras da gramática, é à raiz da palavra que se ajunta o sufixo, sendo locução viciosa a que se extrai acrescentando-o ao adjectivo." («À porta da aula de Fr. João dos Prazeres», in *Abecedário Real*, Lisboa, 1943, p. XXX, nota 1 e *Espada ao Sol* cit., p. 70, nota 9).

¹⁶ A defesa do ideal patriótico, transmitido ao homem contemporâneo pelas duas grandes vias da *terra* e do *sangue*, do solo e da ascendência, constitui nota dominante da obra de Almeida Braga. No opúsculo *Posição de António Sardinha*, depois de sublinhar que "a vida humana vale o que valer o seu ideal" e que "um povo sem ideal é um povo sem alma", escreve: "Patria! Palavra sublime que encerra tudo quanto de terno existe no coração do homem! A Patria não é ninguém: são todos." "A Patria não é apenas o céu, o solo, o povo, a língua, a torre da igreja, a consciência, o lar: - é o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; é o sentimento de continuidade, a vontade de durar, acicatada e sagrada pela evocação do que fomos,

A um tempo soldado e escritor, homem de espada e homem de pena - senhor de uma pena ágil, arguta, flexível, requintada, vernácula -, vêmo-lo figurar em todas as trincheiras de combate pela Monarquia no lapso que medeia entre 1910 e 1970: 1910, quando a República se implantou entre nós; 1970 quando ele próprio, como uma árvore, acabou os seus dias, tombando no tempo e no espaço.

Eis a sua trajectória biográfica neste domínio: co-fundador e membro da 1.^a Junta Central do Integralismo Lusitano, ao lado dos referidos Sardinha, Hipólito, Monsaraz e ainda de João do Amaral, Ruy Ulrich, Pequito Rebello e Xavier Cordeiro;¹⁷ colaborador activo da revista *Nação Portuguesa*,

na esperança de que seremos, pelos séculos fora, a mesma força em acção, carne e espírito, sangue e honra da terra!" "Para que perdue e dê a cada homem as maiores garantias de felicidade na terra, a sociedade tem de ser considerada na continuidade da sua existência, que ultrapassa a dos indivíduos - efémeros elementos dum transitório instante. Nascem os indivíduos, crescem, morrem, outros os vêem substituir; são os homens como as folhas que no Outono a aragem desprende, leva e dispersa, que um momento ergue no ar e o sol beija, e acarícia, e doura, e logo remoinham, e caem, e se perdem na sombra e no pó dos caminhos. Enquanto que a unidade nacional, a Patria, é como o tronco da árvore, firme e erecto, de raízes amarradas à terra, desafiando o afago dos astros e a cólera das tempestades. A Patria, sempre igual a si mesma, tem um património próprio, essencialmente espiritual, de ideias e de sentimentos, que cada geração recebe das gerações passadas e deve transmitir, acrescido, às gerações futuras." (loc. cit., pp. 99, 103). No texto *Na manhã das Profecias* - reprodução da conferência proferida, sob o título *O Sentimento Nacionalista*, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, explica por seu turno: "Em nossa boca a palavra *Patria* ganha, como queria Fustel de Coulanges, seu primitivo e íntimo sentido: *Terra Patrum*, a Terra dos Avolengos, a Nação tal como a criaram e engrandeceram nossos pais antigos." "O patriotismo não é unicamente o amor da terra: é também, e sobretudo, o culto do Passado. Os seculos, como relha de arado revolvendo o solo, abrem na alma leivas fundas, onde ignoradas mãos vão deixando cair a semente de todas as dores e de todas as alegrias, triunfos e penas, de tudo o que, através do tempo, faz a unidade nacional da Patria. Desse escondido sulco se levanta depois a seara magnífica de pensamentos e actos, energia e sonho, poesia e verdade, que é o supremo encanto do espírito e a consoladora beleza da vida terrena." (in *Paixão e Graça da Terra*, 3.^a ed., Lisboa, 1947, pp. 311, 313). Idênticas asserções se encontram noutros lugares da obra de Almeida Braga, nomeadamente em *Pão Alheio* cit., pp. 251 ss. e *O Mar Tenebroso*, Coimbra, 1918, pp. 13-14.

¹⁷ Foi essa efectivamente a composição da 1.^a Junta Central. Mais tarde, no entanto, a Junta sofreria alterações. V. Leão Ramos Ascensão, op. cit., p. 41.

orgão oficial do movimento;¹⁸ presidente, em Coimbra, do «Centro Monarchico-Academico»;¹⁹ conferencista na Liga Naval, em torno da rumorosa «Questão Ibérica»;²⁰ opositor declarado da ditadura de Sidónio Pais;²¹ partidário da «Monarquia do Norte», depois de cujo colapso sofreu o seu terceiro exílio político,²² desta feita em terras de Espanha;²³ visitante em Eas-

¹⁸ Cujo primeiro número se estampou em Abril de 1914. Almeida Braga foi fundador da revista, tendo publicado nas colunas da mesma os seguintes textos de doutrina: *Sindicalismo e Republica* (I série, n.º 5, Novembro de 1914); *A lição d' Olivença* (I série, n.º 5, Novembro de 1914); *Do espírito da Democracia* (I série, n.º 9, Outubro de 1915); *Tradição e Nacionalidade* (I série, n.º 10, Dezembro de 1915); *Da renascença do Tradicionalismo na Arte e na Política* (I série, n.º 12, Novembro de 1916); *Das Belas Letras Brasileiras* (II série, n.º 11, 1923). A partir de 1917 foi também colaborador assíduo do jornal *A Monarquia* - "Diário Integralista da Tarde", que, aparecendo nas bancas com Alberto de Monsaraz na direcção e João do Amaral como redactor-chefe, desenvolveu intensa agitação e propaganda monárquicas. Embora alguns dos seus textos tenham sido depois aproveitados para a obra *Sob o Pendão Real*, encontra-se ainda por fazer o levantamento sistemático da colaboração de Almeida Braga nas páginas de *A Monarquia*. Sobre o assunto, ver: Carlos Eduardo de Soveral, «Nação Portuguesa», in *Dicionário das Literaturas*, cit., pp. 513-516; Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* cit., pp. 29-39, 51-55.

¹⁹ Amnistiado em 1914, Almeida Braga regressou a Coimbra para se licenciar em Direito, o que logrou conseguir em 1916. Foi durante este período que assumiu a presidência da direcção do Centro, ao qual já havia pertencido, aliás, na fase anterior à proclamação da República. V. António Cabral, *As minhas Memórias Políticas. Em plena República*, Lisboa, 1932, pp. 261-266; José Manuel Quintas, loc. cit., pp. 210-211.

²⁰ Questão que deu título ao volume publicado em 1916 reunindo oito intervenções públicas, de outros tantos nomes ligados ao movimento integralista, a saber: *O Território e a Raça* (de António Sardinha), *A Língua e a Arte* (de Hipólito Raposo), *Música e Instrumentos* (de Luís de Freitas Branco), *Aspectos Económicos* (de José Pequito Rebello), *Colonizações Ibéricas* (de Ruy Ulrich), *Direito e Instituições* (de Xavier Cordeiro), *Aspectos Político-Militares* (de Vasco de Carvalho) e *A Lição dos Factos* (de Luís de Almeida Braga). Ao que tudo indica, Almeida Braga não terá chegado a proferir oralmente a sua intervenção (que foi apenas publicada em letra de imprensa) pois, na sequência do golpe de Estado de 14 de Maio de 1915, um grupo de revolucionários civis assaltou a sede da Liga Naval, tornando inviável a conclusão do projecto. V. Jesús Pabón, *La Revolución Portuguesa*, cit., pp. 280-291; José Manuel Quintas, pp. 213-218.

²¹ V. «As Núvens da República», in *Sob o Pendão Real* cit., pp. 335-343.

²² Designação por que ficou conhecida a tentativa de restauração monárquica desencadeada no Porto em Janeiro de 1919, pouco após o assassinato de Sidónio Pais. Almeida Braga desempenhou nela as funções de adjunto do gabinete da Presidência

tbourne e Londres do rei D. Manuel II - antes de consumada a ruptura com a coroa deste monarca;²⁴ após tal ruptura, visitante

da Junta Governativa do Reino, secretariando directamente Paiva Couceiro (v. Rodrigues Cavalheiro, «Um inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte», sep. da revista *Sulco*, Lisboa, 1968, pp. 50, 54). Sobre a “Monarquia do Norte”, entre outras fontes, ver: *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal – Coleção Completa*, Porto, 1919; António Homem de Sampaio e Mello, *Em Legítima Defesa*, Porto, 1919; Campos Lima, *O reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Pôrto*, Porto, 1920; Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, 2 vols., Lisboa, 1922-23; Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação - A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, 1925; Teophilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado* cit., pp. 331 ss.; Damião Peres, *História de Portugal – Suplemento*, Porto, 1954, pp. 209 ss.; David Ferreira, «Monarquia do Norte», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1971, pp. 95-97; José Luciano Sollarri Allegro, *Para a história da Monarquia do Norte*, Amadora, 1988; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XI cit., pp. 224-231; José Manuel Quintas, «Os combates pela bandeira azul e branca, 1910-1919», in *História*, nova série, n.º 10, Janeiro de 1999, pp. 38-49; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde* cit., pp. 147 ss.; Paiva Couceiro. *Diários, Correspondência e Escritos Dispersos* cit., *passim*.

²³ No periódico *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nova série, n.º 2, Julho-Dezembro de 1988 [Número dedicado a António Sardinha], estampam-se diversas fotografias de Luís de Almeida Braga por ocasião deste seu exílio em Espanha, acompanhado de outros próceres monárquicos: António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Marquês de Quintanar, etc. (fotos 49, 50, 52). Almeida Braga esteve no Porto durante a “Monarquia do Norte”, saindo depois do país rumo a Espanha (Madrid) e partindo mais tarde para Paris, de onde trocou correspondência com Paiva Couceiro, toda ela redigida debaixo de cifra (*Paiva Couceiro. Diários, Correspondência e Escritos Dispersos* cit., pp. 334-346, 364-365, 373-380).

²⁴ Sobre a ruptura entre os Integralistas e D. Manuel II, que se consumou no mês de Outubro de 1919, *vide*, entre outras fontes: *A Questão Dinástica - Documentos para a História mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1921; Alfredo Pimenta, *A Revolução Monárquica*, Lisboa, 1919 e *A Questão Monárquica*, Lisboa, 1920; Thomaz Ribeiro Colaço, *A Atitude Integralista*, Lisboa, 1919; Juan Vázquez de Mella, *Integralismo. Don Manuel y Don Duarte* cit., pp. 143-152; António Cabral, *As minhas Memórias Políticas. Em plena República* cit., pp. 441-445 e *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, 1933, pp. 208, 217; António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, 1937; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República* cit., 3.º vol., pp. 53 ss., 78 ss.; Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República* cit., pp. 224-229. Almeida Braga foi recebido em audiência pelo Rei, juntamente com o seu companheiro de armas José Pequito Rebello, por duas vezes: em 16 de Setembro de 1919 (Eastbourne) e em 28 de Setembro do mesmo ano (Fulwell Park - residência particular do monarca). Na sequência de tal encontro veio a lume um extenso relatório subscrito por ambos, mas todo ou quase todo da lavra

em Bronnbach, na Alemanha, do príncipe exilado D. Miguel (II),²⁵ filho d'O *Absoluto*, avô do actual Duque de Bragança;²⁶ divulgador do ideário do Integralismo Lusitano em terras do Brasil - esse "filho morgado de Portugal";²⁷ representante do movimento na assinatura do chamado «Pacto de Paris»;²⁸ testemunha ocular, em Pau, da maioria política de D. Duarte Nuno de Bragança;²⁹ dirigente, com Hipólito Raposo, da revis-

de Almeida Braga, conforme se colhe do respectivo original, que esteve na posse da Sr.^a Embaixatriz Maria do Patrocínio de Almeida Braga Villas-Boas, filha do Autor. Encontra-se publicado este relatório, *de verbo ad verbum*, na cit. colectânea *A Questão Dinástica*, pp. 13-33.

²⁵ Desta vez acompanhado por D. João de Almeida e por Alberto de Monsaraz. Teve lugar a conferência com este príncipe em Bronnbach, Grão-Ducado de Baden, Alemanha - residência da família legitimista exilada - no mês de Julho de 1920. Na sequência do encontro operou-se a adesão do movimento integralista à realeza de D. Duarte Nuno de Bragança, filho de D. Miguel (II) e neto do rei D. Miguel. Acerca das negociações que conduziram ao reconhecimento político de D. Duarte Nuno de Bragança, ver: *A Questão Dinástica* cit., pp. 43 ss.; Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro* cit., pp. 141 ss. e *passim*; Manuel de Bettencourt e Galvão, *Dom Miguel II e o seu Tempo* cit., pp. 284-294.

²⁶ Sobre a personalidade deste príncipe, a obra mais completa até à data publicada entre nós continua a ser o livro de Manuel de Bettencourt e Galvão *Dom Miguel II e o seu Tempo*, já várias vezes cit. (Lisboa, Edições GAMA, 1943).

²⁷ Por onde andou em 1921 a proferir conferências que fizeram época, abrindo forte sulco na intelectualidade brasileira (cf. «Um Embaixador do Integralismo», in *Nação Portuguesa*, 2.^a série, n.º 9, Março de 1923, pp. 418-420). As palestras que realizou encontram-se publicadas no Brasil e em Portugal. Almeida Braga tem ainda páginas dedicadas ao Brasil na revista *Nação Portuguesa* («Das Belas Letras Brasileiras» - 2.^a série, n.º 11, 1923, pp.526-533) e na obra *Sob o Pendão Real* («Do Alto Mar» - pp. 389-401).

²⁸ Pacto ou acordo político celebrado entre defensores do príncipe D. Duarte Nuno de Bragança e partidários do rei D. Manuel II. Almeida Braga e Alberto de Monsaraz deslocaram-se a Paris para o subscrever, corria o mês de Abril de 1922. Fruto de tensas e complexas negociações entre os dois ramos desavindos da Casa de Bragança, este pacto foi contudo letra morta, acabando por vir a ser denunciado em 1925. Sobre o «Pacto de Paris», entre vários, ver: Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica* cit., pp. 160 ss.; António Cabral, *El-Rei D. Duarte II*, Lisboa, 1934, pp. 74 ss.; Jesús Pabón, *La Revolución Portuguesa* cit., pp. 326-331; Damião Peres, *História de Portugal* cit., pp. 345-347; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República* cit., pp. 200 ss.; Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* cit., pp. 75-86, 191-202.

²⁹ Decorreu a cerimónia na residência francesa dos Duques de Cadaval, para onde confluíram um punhado de portugueses com o objectivo de cumprimentar o príncipe na hora em que completava 21 anos de idade (Setembro de 1928). Segundo Bettencourt

ta *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, em cuja feitura se reuniu o escol artístico e intelectual da época.³⁰

Já no período que sobrevém ao triunfo da II República – que a breve trecho acusou de se haver apropriado dos princípios do Integralismo para os neutralizar³¹ –, Almeida Braga

e Galvão, assistiram à mesma, que foi informal, D. Maria Theresa de Bragança, mãe de D. Duarte Nuno, D. Aldegundes de Bragança, sua tia e tutora política, D. João de Almeida, Hipólito Raposo, Rolão Preto, Mário Cardia, os irmãos Luís e Joaquim de Almeida Braga e mais alguns portugueses (cfr. *O Duque de Bragança*, Lisboa, 1945, pp. 90-91). Recorde-se que o jovem príncipe se encontrava exilado no estrangeiro por força da Carta de Lei de 19 de Dezembro de 1834, que havia fulminado *ad perpetuam* todos os descendentes do rei D. Miguel. Sobre o assunto v. Caetano Beirão, *Antecedentes e consequências da revogação das Leis de Banimento*, Porto, 1951.

³⁰ 2 volumes, 24 fascículos, Lisboa, 1932-34. Inseriram colaboração na revista nomes de indiscutível craveira mental, a exemplo de José de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira, Luís Chaves, Mário de Sampaio-Ribeiro, Luís Cabral de Moncada, Ivo Cruz, João Ameal, Caetano Beirão, Raúl Lino, Mons. José Augusto Ferreira, Conde d’Aurora. Almeida Braga, que a dirigiu ombro a ombro com Hipólito Raposo, arquivou nela três estudos de doutrina: *Das Corporações do Trabalho em Portugal* (vol. I, fascs. II, III e IV); *Dos Tempos Áureos* (vol. I, fasc. VI); e *Em signo de Latim* (vol. II, fascs. V, VI e VII); elaborou também recensões a cinco obras literárias, a saber: *Diário da Emigração para Itália* de José da Gama e Castro, *Toledo* de Antero de Figueiredo, *Santo António* de Afonso Lopes Vieira, *Fernão Lopes* de Aubrey Bell e *O Ressurgimento Ultramarino* de João de Almeida.

³¹ Foram tão ásperas quanto céleres as censuras dirigidas pelo Autor à II República, vulgo Estado Novo Corporativo. Logo em 1932, antes ainda da aprovação da Carta Política que havia de enquadrá-lo, fazia inserir na revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, com Hipólito Raposo, as seguintes palavras, reveladoras da posição de distanciamento em relação à figura do novo Chefe do Governo, que manteria intacta a vida inteira: “O senhor Dr. Oliveira Salazar ainda não se enganou, nem no calculo das contas públicas, nem no dos valores humanos com os quais tem tomado contacto. Não receia ser vítima daquela ilusão de alguns doentes que julgam apagado o sol, só porque se fecharam portas e janelas. Deus o livre de lhas abrirem subitamente. Não lhe desejamos essa surpresa! Mas também desejamos e temos o direito de não aceitar que nos ponha, a nós, o caso de consciência política. Pela razão histórica, pela razão política e por amor da Pátria, já o resolvemos há vinte anos, e da sinceridade com que procedemos dão testemunho as perseguições, os cárceres, os desterrós e o sangue derramado em tão longo martiriológico.” “Ao nosso caso de consciência política consagrámos a mocidade, já distante, e por ele muitas vezes temos arriscado a vida. Há muito que o resolvemos, sem ter de nos penitenciar. O senhor Dr. Oliveira Salazar só agora resolve o seu, e com tal desembaraço e clareza o faz que não permite dúvidas a ninguém sobre a coerência do seu pensa-

encontra-se de novo na Oposição: quer como subscritor do parecer jurídico que reivindicou para D. Duarte Nuno de Bragança a administração dos bens da herança de D. Manuel II;³² quer como defensor e advogado de figuras da oposição ao Estado Novo;³³ quer como apoiante das candidaturas de Norton de Mattos (1949),³⁴ Quintão Meireles (1951)³⁵ e Humberto

mento com a sua acção futura. Antes assim. Sempre admirámos a sinceridade, tanto nos homens públicos como nos particulares; mas ficamos ainda certos de que não se mata uma causa política por asfixia, nem se pode empreender a regeneração nacional com ambiciosos e com transfugas, gafaria moral de que são feitas normalmente as camarilhas dos adulares.” (loc. cit., vol. I, fasc. VIII, Novembro de 1932, p. 447). Muito mais tarde, em 1958, escreverá: “A ninguém escapa que o regime é apenas um indivíduo, em fatal declínio, e que tudo se dissolverá com o seu desaparecimento.” ... “Por maior que seja o génio de um homem, é sempre insuficiente para, por si só e para além da sua vida, manter a ordem e a segurança do Estado. Sem um princípio que a proteja, surdamente a Sociedade se dissolve.” “Condeno o híbrido sistema político, tirânico e vingativo, que está a arrastar-nos para a pior catástrofe da nossa História.” (*Espada ao Sol* cit., pp. 195, 196). Sobre a apropriação e neutralização do ideário integralista pelo Estado Novo ver, em geral: Alberto de Monsaraz, *Altura Solar*, Lisboa, 1945; José Pequito Rebello, *O meu Testemunho*, Lisboa, 1949; Rivera Martins de Carvalho, *O Pensamento Integralista perante o Estado Novo*, Lisboa, 1971; Hipólito Raposo, *Amar e Servir. História & Doutrina*, Porto, 1940 e *Folhas do meu Cadastro*, vol. II (1926-1952), Lisboa, 1986; Manuel Braga da Cruz, op. cit., pp. 67 ss. *et passim*; João Medina, «O integralismo republicano», in *História de Portugal*, vol. XII, s.d. [1995], pp. 143-148; *infra*, notas 36 e 38 deste trabalho.

³² Cfr. *A Casa de Bragança – História e Polémica*, Lisboa, 1940, pp.61-70 e *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. II, fasc. XI, Fevereiro de 1934, pp. 580-586. Almeida Braga subscreveu o dito parecer com dois colegas de ofício – José Augusto Vaz Pinto e Simeão Pinto de Mesquita, e sob o aval dos jurisperitos Domingos Pinto Coelho e António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães. A tese que no mesmo se sustentou foi a de que, não se encontrando extinto o morgadio da Casa de Bragança mercê da morte sem descendência de D. Manuel II (ocorrida em 1932), deveriam os bens da mesma Casa transitar directamente para a posse de D. Duarte Nuno, novo Duque de Bragança, em lugar de serem integrados numa fundação controlada pelo governo da República, conforme estava então a suceder. Foi questão polémica, que fez correr muita tinta nos jornais.

³³ A exemplo do Brigadeiro Vasco de Carvalho e do Capitão Henrique Galvão. Cfr. Teresa Maria Martins de Carvalho, «O Tio Luís», in *Consciência Nacional*, n.º 137, Junho de 1987, pp. 1, 3; Eugénio Montoito, *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*, Lisboa, 2005, pp. 140-171, 187-191.

³⁴ Ao lado de outros monárquicos independentes, v.g. Vieira de Almeida, Rolão Preto, Pequito Rebello e Ruy de Andrade, que, ou apoiaram a mesma candidatura, ou não aderiram à da "União Nacional" (Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, Coim-

Delgado (1958)³⁶ à Presidência da República – o que fez res-salvando sempre a sua condição de monárquico;³⁷ quer ainda

bra, 1980, p. 127). Almeida Braga foi por esse motivo irradiado da Causa Monárquica, facto que arrastou consigo a *latere* a demissão de Hipólito Raposo do mesmo organismo, consumada pouco tempo depois.

³⁵ Cfr. José Manuel Quintas, «Os Monárquicos», in *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, Lisboa, 1998, p. 163; Eugénio Montoito, *Henrique Galvão* cit., pp. 127-139.

³⁶ Remonta a esta candidatura a célebre entrevista que concedeu ao jornal *Diário de Lisboa*, mais tarde incluída na obra *Espada ao Sol* sob o expressivo título de «Dor e Amor de Portugal». Nela formula o Autor um autêntico libelo contra o Estado Novo, fazendo-o em frases secas, cortantes, impressivas: "... acuso o Estado Novo de ter desvirtuado a doutrina corporativa, tornando-a uma grosseira teia de burocratas opíparos e de fiscais demagogos, que dificultam o trabalho em vez de o facilitar; acuso-o de ter aniquilado o que restava das antigas liberdades municipais; acuso-o de ter instituído uma censura permanente, irresponsável e absurda; acuso-o de ter autorizado que os presos sejam agredidos, desde que se anunciou a utilidade dos "safanões a tempo"; acuso-o de ter exagerado as tributações para empregar esse dinheiro, que é verdadeiro sangue, em obras espalhafatosas e falsas propagandas de merecimentos pessoais; acuso-o de em tantas oportunidades fáceis ter desprezado a terra cativa de Olivença, ao contrário do generalíssimo Franco, que sem descanso reclama Gibraltar; acuso-o de ter falseado o texto da Constituição, impossibilitando a honrada convivência dos Portugueses; acuso-o de não ter sabido estruturar o ensino de modo a formar homens com o gosto forte da iniciativa e da independência mental; acuso-o de construir edifícios excessivamente luxuosos para quartéis, quando mais importava instruir quadros e efectivos de sólida moral, inteiramente libertos de influências que não sejam de carácter técnico e ético militares; acuso-o..." (loc. cit., p. 199). Cfr., por todos, José Manuel Quintas, «Os Monárquicos», in *Humberto Delgado* cit., pp. 137-139, 166-173.

³⁷ A respeito desta terceira candidatura e seu verdadeiro significado político, esclarece lucidamente Henrique Barrilaro Ruas: "A presença de Almeida Braga na campanha presidencial de Humberto Delgado é um exemplo (porventura mais simbólico do que pragmático) da disponibilidade monárquica para servir o País em qualquer situação concreta, ainda que pondo em risco a aparente pureza dos princípios. Que Humberto Delgado fosse boa escolha, é problema, nessa hora como hoje, inteiramente discutível. Que um monárquico, em tese, deva apoiar uma candidatura republicana é o que facilmente se nega. Mas as circunstâncias exigiram, por parte de alguns monárquicos livres, o sacrifício de uma *virgindade* ideal, ao cuidado de serviço eficaz da Pátria carecida. Sem uma quebra de verticalidade, sem uma cedência doutrinária, Luís de Almeida Braga mais uma vez ergueu a "espada ao Sol". Tratava-se de uma espécie de demonstração pelo absurdo. A mais difícil, mais arriscada, das demonstrações, porque consente em ir até ao âmago do terreno do adversário. Mas também a mais bela das demonstrações. Era preciso contrapor à heterodoxia mansa e soturna da entrega total ao regime republicano, em que para sempre se afundaria a memória e a esperança da Realeza, um acto de aparente heterodoxia,

como crítico tenaz, diuturno, do sistema de poder pessoal e de cesarismo político que então se havia implantado no País.³⁸

Homem de perfil queiroziano – agudo, vibrátil, com “qualquer coisa de pássaro, de sabre, de pena de aparo”, “olhar vivo e incisivo”, irónico e percutante³⁹ - homem estóico, “anti-

mais dura, mais ardente, mas também incomparavelmente mais fugaz. Contra a “ortodoxia” diuturnamente heterodoxa, a heterodoxia momentânea, simples pretexto para amar e servir Portugal.” («Almeida Braga ou a Vitória da Ortodoxia», in *Consciência Nacional*, n.º 137, Junho de 1987, pp. 1, 2).

³⁸ São inúmeras as referências negativas de Almeida Braga a aspectos gerais ou particulares da II República, sobretudo por não a considerar um verdadeiro regime mas uma mera situação política efémera e provisória. Recortem-se algumas delas: “O personalismo domina toda a máquina governativa. O personalismo é tudo, as instituições e os princípios muito pouco.” “Actualmente é o simples fio da vida de um indivíduo, como se todas as vidas estivessem reduzidas na sua vida, que ao ser atingido pela foice da Morte embaraça e transtorna a organização do Estado. Uma constipação mal tratada pode extinguir um regime político.” (*Sob o Pendão Real* cit., p. XIII); “Pode assentar-se como regra da História que as ditaduras não vão além da fraca existência daqueles que as conduzem. E o que é pior, por detrás do Ditador escancara-se o tenebroso abismo em que as nações perecem quando ele não sabe, não quer ou não pode achar a solução justa ao problema político, e que é sempre a Monarquia.” “A Ditadura não é um regime, mas apenas um método de governo.” (*Ibid.*, pp. 30-31); “A Ditadura vale o que vale o Ditador, não tem merecimentos próprios. Até quando a Ditadura consegue estabelecer a ordem e fomentar a prosperidade pública, a sua vida está limitada pela vida do Ditador. Falta-lhe, para conseguir perdurar, a possibilidade de transmitir segura e tranquilamente a autoridade de que usou. Desse benefício goza apenas a sucessão dinástica. A transmissão do poder está então liberta das rivalidades pessoais, do choque e do tumulto das ambições. A força da Monarquia não reside só nos dotes pessoais do monarca, mas também, e sobretudo, na própria instituição, que é um órgão de unidade e de continuidade na vida do Estado. Filha da Desordem, a Ditadura engendrará a Desordem.” “Morto o Ditador, mortas estão as suas promessas, e desfolhadas e murchas, como flores na pedra branca de um sepulcro, as esperanças que porventura pudesse ter despertado algum dia.” («À porta da aula de Fr. João dos Prazeres», in *Abecedário Real*, Lisboa, 1943, pp. XXVIII-XXX e *Espada ao Sol* cit., pp. 63-64). Na mesma linha: *Sob o Pendão Real* cit., pp. 41-42; *Posição de António Sardinha*, Lisboa, 1943, pp. 18-21; *A Revolta da Inteligência*, Lisboa, 1944, pp. 14-16; *Paixão e Graça da Terra*, 3.^a ed., Lisboa, 1947, pp. XX-XXII; *Espada ao Sol* cit., pp. 147-151, 195-196. Sobre o assunto, por todos: Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* cit., pp. 75, 135-136; Rivera Martins de Carvalho, «Actualidade dos Mestres Integralistas», in *Diário Político e outras Páginas*, Lisboa, 1971 e *O Pensamento Integralista perante o Estado Novo* cit.; *supra*, nota 31.

³⁹ Teresa Maria Martins de Carvalho, «O Tio Luís» cit., pp. 1-3: “O riso nele não era

go e de rija têmpera” para mais,⁴⁰ Almeida Braga soube arremeter corajosamente contra quantos, seduzidos por dias mais fáceis, iam deixando ficar esquecidos os princípios em que acreditavam para salvar os meios de que necessitavam, abandonando pelo caminho anéis para conservar dedos. Todavia, nunca ele próprio trocou ideais por interesses, obrigações por recompensas, encargos por privilégios.⁴¹

fraqueza, rancor ou leviandade, mas a face da verdade no seu aspecto lúdico, no confundir caminhos, no trocar das voltas, relâmpagos iluminantes de ângulos novos. E também defesa de uma sensibilidade grande e profunda e por isso vulnerável, em seus afectos e sentido estético. Sinal de liberdade era-o certamente e também desprendimento, distanciação – tão cristã e portuguesa! – das servidões que a sociedade humana pode engendrar, traço comum, aliás, aos seus companheiros e amigos, irmanados na mesma escala de valores.”

⁴⁰ Maria do Carmo de Almeida Braga Pinheiro Torres, «Carta», in *Espada ao Sol* cit., p. 209.

⁴¹ “Pelo que respeita aos monárquicos, a aliciação por meio dos benefícios materiais concedidos ou esperados do Tesouro, disfarça-se nas desculpas do mal menor, do que vier é pior, trocando-se a fidelidade do direito pelo facto, a razão política pelo interesse privado, o que deve ser pelo que é, o futuro definitivo pelo presente incerto, precário e caduco. Homens, ideias, factos e símbolos da República já não provocam repulsa a monárquicos de responsabilidades políticas, morais e doutrinárias, que gostosamente vão abandonando princípios, posições e deveres pelos quais lutaram sem vencer, só porque agora lhes permitem vencer sem lutar.” (Almeida Braga e Hipólito Raposo, in *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. II, fasc. XII, Março de 1934, pp. 687-688); “Sob a afirmação de que a forma política do Estado é indiferente e homens honrados bastam à frente do Estado para o bem do Estado, acobertam-se os últimos partidários envergonhados do regime republicano. E temerosos de que, por as suas palavras e os seus actos não se conformarem com os seus íntimos sentimentos, venham a ser acusados de duplicidade, pretendem conservar a textura da República, declaram a República intangível, e embaraçam-se na solução a dar a todas as questões que no fundo afectam a própria essência do regime, a sua doutrina filosófica e religiosa, moral e social.” («A porta da aula de Fr. João dos Prazeres», in *Abecedário Real* cit., p. XXVII e *Espada ao Sol* cit., pp. 62-63); “Monárquicos velam pela conservação da mística republicana; republicanos defendem soluções monárquicas. Nesta selva te encontras, meu filho.” (*Sob o Pendão Real* cit., p. XIV). Idênticamente: *Posição de António Sardinha*, pp. 47-49, 74; *Espada ao Sol*, pp. 78, 150, 204; *Sob o Pendão Real*, pp. XI-XII, XX-XXI, 38-41. Refira-se que o historiador Manuel Braga da Cruz sustenta ter Almeida Braga ensaiado a dado passo uma atitude de aproximação ao Estado Novo, oferecendo-lhe para o efeito os seus préstimos pessoais e políticos. Não obstante a qualidade da fonte, é atitude cuja prova documental não conseguimos encontrar em parte alguma. A vida e a obra do escritor integralista testemunham o contrário, conforme vai dito nestas páginas. Cfr.

Monarquia e Catolicismo – eis o binómio que conferiu sentido à sua existência. Demos a palavra ao nosso biografado: “A hereditariedade monárquica é o princípio mais perfeito de governo que a experiência dos séculos nos ensinou. São seus atributos permanentes a unidade, a estabilidade, a constância, a transmissão pacífica e regular dos poderes, a garantia da ordem, o progresso incessante das ideias e dos costumes sob a guarda de uma força que não muda nunca e que à Pátria empresta figura humana. Não se trata de copiar as antigas instituições, apenas é preciso completá-las e aperfeiçoá-las. Aquele que sabe recordar é sempre também o que melhor prevê.”⁴² E

Dicionário de História de Portugal – Suplemento, vol. VII, Porto, 1999, p. 190.

⁴² *Paixão e Graça da Terra* cit., p. XXII. A defesa da Monarquia como regime, bem como a defesa do Catolicismo como religião oficial do Estado Português – por sê-lo também a da nação -, dominam de facto toda a obra doutrinária de Almeida Braga. Constituem como que a sua espinha dorsal. Defesa brilhante, eloquente, inédita por vezes. Em *A Revolta da Inteligência* escreve: “De todas as formas de governo é o governo monárquico o de mais flexibilidade, de mais elasticidade, o que melhor se ajusta, sem nada perder da sua natureza, às novidades do tempo, que incessantemente alteram e transformam as criações humanas.” “Para países como Portugal, que não subsistiram apenas sob o regime natural monárquico mas em que juntamente nasceram o país e o regime, a Monarquia é a condição indispensável de vida certa. A nação portuguesa formou-se com a Monarquia, de modo que a história da Monarquia é a própria história de Portugal, a história das instituições, das leis, dos costumes portugueses.” “Não há organismo vivo que possa manter existência sã e normal senão sujeitando-se às leis que presidiram ao seu nascimento.” (pp. 13-14, 58-59). Em *Posição de António Sardinha* reproduz um trecho da doutrina deste seu antigo companheiro de armas, extraído da obra *Na Feira dos Mitos*: “Nós não somos patriotas por sermos monárquicos. Somos monárquicos por sermos patriotas. Pondo a nacionalidade como razão e fim de nós próprios, concluímos na necessidade do Rei como elemento orgânico do seu prestígio e da sua existência.” (p. 24). Em *Espada ao Sol*, após qualificar a Monarquia de “forma de vida política orgânica, duradoira e activa”, observa: “A República é sempre igual a si mesma, quer se apresente sob a forma parlamentar, quer se confie a um poder ditatorial, quer aperte as malhas de ouro da armadura corporativa. É sempre a desordem nas ideias, quando a não é igualmente nas ruas; a improvisação, que gera a incompetência; a descontinuidade no esforço útil; o predomínio constante dos interesses particulares sobre o interesse público. E é sempre também – causa de todos os males – a falta de unidade e continuidade na direcção suprema, a irremediável instabilidade, a que nenhum sistema de base electiva consegue escapar.” (pp. 62, 64 e tb. *Abecedário Real* cit., pp. XXVI, XXIX). Em *Sob o Pendão Real* conclui: “Não se trata na verdade de saber se nos

em outro passo: “A causa da Igreja e a causa de Portugal confundem-se. Um inimigo da Igreja é um inimigo de Portugal.” “Se os reis fizeram a Patria, os bispos e o clero foram os seus primeiros cooperadores. Está historicamente demonstrado que o que tornou Portugal forte e grande foi a união estreita da Igreja com a Monarquia.”⁴³

Nesta pugna inglória e esquiva que foi o decurso da sua vida colheu Luís de Almeida Braga, fartamente, rosas e espinhos – mais espinhos do que rosas, justo é referi-lo, pois teve de lutar, em circunstâncias muito adversas, contra os muros da indiferença, contra as barreiras da incompreensão, contra as críticas dos adversários, contra as deserções dos correligionários, contra a deturpação dos princípios em que acreditava e em parte havia formulado – e ainda contra o poder do preconceito instalado, esse ónus redutor e alienante que, a pouco e pouco, lenta mas inexoravelmente, foi cobrindo de silêncio a sua fecunda obra cultural.

Temperamento de lutador, aristocrata de provada cepa espiritual, assente num agudo conceito de honra que o levou a

será dado restaurar a Monarquia; cumpre-nos mostrar incessantemente que deve ser restaurada.” (pp. 34-35). Muitas outras páginas de Almeida Braga poderiam ser invocadas aqui como exemplo de apologia das Instituições Tradicionais.

⁴³ *O Culto da Tradição*, Coimbra, 1916, p. 25. A par da Monarquia e indissolivelmente ligada à mesma encontra-se em Almeida Braga a defesa da Religião Católica. *Homo religiosus*, um teocentrismo substancial como que iluminou toda a sua vida, manifestando-se desde os dias da juventude. Assim, já em Coimbra lia Almeida Braga os escritores religiosos, fugindo ao contágio do positivismo sociológico então imperante (cf. *Sob o Pendão Real*, p. 303); na Galiza, antes de entrar em combate, confessava-se e percorria S. Juan de la Cruz e Fr. Luiz de León (Joaquim Leitão, *Em marcha para a 2.ª Incursão* cit., pp. 138-139, 201-202). Aquando na Bélgica preocupa-se em verter para a língua francesa o *Auto da Alma* de Gil Vicente, peça de fundo devocional, que se eleva às mais puras regiões do misticismo e em cujo elenco aparecem como figurantes Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerónimo e São Tomás. Em *O Mar Tenebroso*, texto de 1918, assevera: “A religião foi sempre o primeiro fundamento da sociedade.” (Coimbra, p. 132). Mais tarde irá Almeida Braga produzir abundantes páginas de doutrinação social, v.g. em torno da Família, da Educação e do Trabalho, sublinhando dever a Religião Católica ser oficialmente protegida e amparada pelo Estado Português. São páginas de um católico convicto.

arriscar, quase naturalmente, interesses, liberdade e a própria vida – autêntico “revolucionário da Tradição” no dito do poeta Afonso Lopes Vieira⁴⁴ -, Almeida Braga soube manter-se igual a si próprio através dos tempos e dos lugares por onde passou. Creio que tal aspecto seria suficiente para legitimar a nossa presença aqui, neste momento evocativo da sua memória, não fora o facto de o mestre haver sido de igual modo outra coisa: um genuíno Homem de Letras, um grande e brilhante Escritor.

Importará por isso passar também em revista a sua actividade neste segundo domínio. Eis o objecto das linhas que se seguem.

* * * *

Quem quer que hoje se debruce sobre as páginas, já quase esquecidas, de Luís de Almeida Braga, irá deparar-se efectivamente com um notável cultor da Língua Portuguesa, dos mais versáteis e luminosos do século que acabou de o ser.

Autor de estudos sérios, profundos, heurísticamente exigentes, senhor de um estilo literário inconfundível e inimitável, espírito disciplinado no convívio dos clássicos greco-romanos, prosador de excepcional craveira – constitui verdadeiro prazer para a inteligência, e até para os sentidos, ler e ouvir ler as páginas da sua prosa repassada de poesia – resumando

⁴⁴ Assim rotulou com efeito Afonso Lopes Vieira os escritores integralistas. Eis as palavras do Poeta: “Estes revolucionários da Tradição devem a sua gloriosa impopularidade a serem na realidade tão modernistas como anti-políticos, anti-parlamentares e sindicalistas. A eles me prendem afinidades de espírito porque em muitos pontos da batalha nos viemos a encontrar como irmãos de armas. Mas, não tendo a honra de lhe pertencer oficialmente [refere-se ao I.L.] – habituado como estou a manter uma independência que me é indispensável -, posso dizer que este tem sido o mais consciente dos núcleos de pensamento contemporâneo. Reagindo com mística bravura, por mercê de uma crença estabelecida em bases orgânicas, contra a mentira caduca e já arruinada da actual sociedade política e económica, os integralistas são os portugueses que sabem o que querem. E o seu esforço, mesmo quando outros resultados não desse, sempre seria este: ficar como um documento de honra e de coragem.” (*Em Demanda do Graal*, Lisboa, 1922, p. 298).

mesmo poesia por todos os poros⁴⁵ -, de autêntico lavrador da palavra, que foi, escrevendo como hoje já se não escreve, ensinando pedagogicamente como hoje já se não ensina. Em luta constante pela expressão linguística, em busca permanente da perfeição formal, latinista de mérito, retórico de força, homem sempre insatisfeito com o conteúdo dos seus textos e com o barro das suas palavras,⁴⁶ Almeida Braga possuiu no mais ele-

⁴⁵ Poeta furtivo, encoberto, algo disfarçado, Almeida Braga foi um homem que sentiu o mundo como poeta e como poeta se expressou. Em 1913 fez arquivar no 1.º número da revista *Alma Portuguesa* o poema «Ritmos do Outono sobre as fôlhas» (pp. 26-27); em 1917 estampou no álbum *Folhas de Ouro* uma «Cantiga da Ventura e do Amor» (Lisboa, pp. 237-239). Grande conhecedor da poesia lírica, tradicional e moderna, devem-se-lhe glosas ou prefácios a quatro poetas líricos nacionais: Afonso Lopes Vieira («Hospital das Letras», in *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. I, fasc. III, Junho de 1932, pp. 148-151), Alberto de Monsaraz («Alberto de Monsaraz no Jardim das Rimas», sep. da revista *Gil Vicente*, 2.ª série, vol. III, Guimarães, 1952), António Corrêa de Oliveira (*Antologia – I. Líricas*, Porto, 1946, pp. IX-XXVI) e António Sardinha («Prefácio» ao poema *Roubo de Europa*, Lisboa 1931, pp. VII-XXXIV e «O sentimento do Amor nos versos de António Sardinha», in *Núvens sobre o Deserto* cit., pp. 21-31). De investigação e crítica poéticas são ainda os textos *Flores novas da Lírica Medieval*, *A sensibilidade literária de Pierre Loti e o Sentimentalismo Português*, *Responso do poeta Verhaeren*, *Epitáfio de Júlio Brandão*, *Loa do Vinho Verde*, *Lunário Sentimental*, *Alegoria das Danças Minhotas* e *Elegia de Rodenbach*, todos eles insertos na colectânea *Núvens sobre o Deserto* (1954). Em *Posição de António Sardinha* escreve: “É a poesia o mel subtil das coisas. Só ela confere a tudo o que existe seu autêntico sentido espiritual. Misturando-se aos nossos actos mais simples e aos nossos sentimentos mais delicados, torna belo o que seria grosseiro e duradouro o que seria efémero. Dela brotam continuamente as fontes sagradas da beleza, da alegria e da esperança! A poesia é a vida no que nela há de nobre simplicidade e quotidiana grandeza. Pelo som da alma dos poetas melhor se aferem os verdadeiros valores humanos.” E adiante: “Tirai à vida a poesia e a vida será sempre amarga, triste a virtude, a mocidade sem brilho, a flor sem perfume, sem mistério o amor.” (pp. 113-115). *Si vera est fama* Almeida Braga, apreciável poeta que foi, tinha pejo em publicar versos por não os supôr ao nível da sua obra de doutrina, existindo no arquivo particular da Sr.ª D. Maria do Carmo de Almeida Braga Pinheiro Torres alguns poemas inéditos da sua mão. Em todo o caso, é de inegável qualidade o soneto que fez inserir no pórtico de *Sob o Pendão Real* («Apelido», p. XXV). Sobre o ponto, v. António Manuel Couto Viana, *Colegial de Letras e Lembranças*, Lisboa, 1994, pp. 221-222; Henrique Barrilaro Ruas, «A figura e a obra de Luís de Almeida Braga», in *Diário de Notícias*, ed. 23 de Setembro de 1986, p. 8.

⁴⁶ Depõe a respeito Mário Saraiva, a quem se deve a publicação do último livro do Autor – *Espada ao Sol* (1969): “...Foi num trabalho de destrinça e de ordenação que

vado grau aquele sexto sentido que leva o escritor a conseguir encontrar os termos mais belos para traduzir as almas e as coisas e que, após os haver encontrado, consegue dar a impressão de serem absolutamente virgens.⁴⁷

Merece a pena lembrar a defesa que fez da Língua Portuguesa⁴⁸ nessa obra tão bela que é *Paixão e Graça da Terra*,⁴⁹ deplorando nomeadamente “a deformação das palavras casti-

me foi dado penetrar no íntimo e derradeiro labor espiritual de Luís de Almeida Braga e apreciar o apuro que o guaiava através das emendas sobrepostas nas páginas dactilografadas, e de notas juntas, adrede tomadas em fragmentos de papel (até bilhetes de eléctricos e margens dos jornais), quando por fora de casa se lembrava de rectificar ou aperfeiçoar qualquer expressão já escrita. Então, nas bem encontradas transposições de palavras e na substituição, em crescendo, de adjectivos e de verbos, tornou-se-me evidente o permanente esforço que o dominava de melhorar a forma em procura da perfeição. Via-se que, como artista, Luís de Almeida Braga manobrava os termos na ânsia manifesta de alcançar a beleza. Até a sonoridade o preocupava e aí compreendi bem que não foi sem justo motivo que escolheu para título de outro volume a publicar o de *Música Aparente*. De facto, encontram-se em muitas páginas suas verdadeiros trechos musicais, pela harmonia orquestral que se desprende da sua leitura. Não me sai da lembrança aquele extraordinário e emocionante prefácio que acompanha o não menos emocionante poema de António Sardinha *Roubo de Europa...*” («O Testamento Político de Luís de Almeida Braga», in *Consciência Nacional*, n.º 137, Junho de 1987, p. 2 e *Em Tempo de Mudança*, Lisboa, 1992, p. 222).

⁴⁷ Cruz Malpique, «Luís de Almeida Braga – Comentários marginais, sobretudo à sua obra literária», sep. da revista *Bracara Augusta*, vol. XXIX, Braga, 1975, p. 6.

⁴⁸ “Língua Portuguesa, trilo de ave no fino azul e trovão que abala o céu; meiga e brava, que ora se roja como as ondas na areia – quando soluça e chora, ora como as ondas se alevanta e encrespa – quando ruge, amaldiçoada ou ameaça! Veio-lhe do arfar das naus a cadência lânguida, e o mar lhe pegou o cheiro que tem a algas e sargaço. Fogosa como corcel de batalha e dócil como o vime. Urdida na penumbra das ramadas e bordada sob laranjeiras em flor, é branda e cândida, boa para confessar baixinho segredos do coração e o abrir e abraçar em arroubos místicos.” “Língua em que o sol se namorou da névoa e criou a neblina para ensinar o gosto musical das palavras, que mais do que dizem deixam adivinhar.” “Língua de esmeraldas e madreperlas, a mais terna entre todas e a mais linda, como não amar-te...” («Na manhã das Profecias», in *Paixão e Graça da Terra* cit., 3.ª ed., pp. 338-339).

⁴⁹ Acerca desta obra, que conheceu três edições (Porto, Livraria Civilização, 1932; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, s.d.; Lisboa, Edições GAMA, 1948), cfr. a lúcida e detalhada recensão de Cláudio e António Correia de Oliveira Guimarães, inserta na revista *Nação Portuguesa*, vol. VII, fascs. XI-XII, 1933, pp. 276-282, e bem assim os comentários críticos devidos à pena de João Ameal (in *CADERNOS CORPORATIVOS*, tomo I, n.º 4, Março de 1933, pp. 160-163) e do Marquês de Quintanar (in *Acción Española*, tomo IV, n.º 21, Madrid, 1933).

ças, o abuso do estrangeirismo estridente e inútil, o emprego absurdo das preposições, a introdução de sons estranhos à música da língua” e acabando por concluir, a exemplo de Mistral, que se um povo escravo souber conservar o amor da sua língua terá sempre consigo o segredo da sua própria liberdade.⁵⁰

Merece a pena lembrar as páginas que deixou sobre o intuito da crítica⁵¹ e sobre o ofício de escrever,⁵² a defesa que fez da importância do Latim⁵³ e da Retórica,⁵⁴ as considerações

⁵⁰ Loc. cit., pp. 333, 337; Cruz Malpique, pp. 12-18.

⁵¹ “Crítica que aponta o erro para ser emendado, que não cede aos funestos prazeres da maledicência e sofre do próprio exercício para mais depressa chegar à acção desejada, à acção útil e feliz, é dever de quem manda, ampará-la e defendê-la. Criticar deste modo pode bem ser colaborar. A detracção permite supor certa vivacidade superficial do espírito; a crítica superior testemunha a alta e verdadeira inteligência, a que dá ao homem o império do universo. De facto, esta crítica activa e benéfica principia por se esforçar por compreender o objecto, que não tardará a denunciar-se-lhe inútil, vicioso ou nefasto. E compreender leva em muitas ocasiões a perdoar. Por mais desagradável e amarga que pareça, a crítica inteligente não amotina: é antes garantia firme de saúde intelectual e de atenta vigilância.” (*Espada ao Sol* cit., pp. 75-76).

⁵² “Penoso ofício o de escrever! Quantas canseiras vãs para dar ao pão o gosto do mirto! Bergson fala algures do obstáculo que as palavras são para o escritor. Vezes sem conta nelas se esvai e perde irremediavelmente o que no pensamento é essencial. Alegrias e mágoas, podem as palavras traduzi-las com nítido relevo, mas nunca se ajustam bem aos secretos movimentos da alma. Entre o pensamento e a palavra milhares de mundos incessantemente se criam e transformam. Recomeçar, recomeçar, é afinal o arcano amoroso e angustioso da vida e da arte. Creio que o mérito maior do verdadeiro escritor consiste em saber acordar nas palavras, ao ajuntá-las, o primitivo significado. De tal modo as deverá usar que dêem a impressão, a quem as ler, de que nunca tinham sido empregadas assim. Outro não é o seu valor e poder emotivo. Pela cor e pela cadência que a palavra adquire no andamento do período, vem a ser sugestão o que fora sensação. Mas eis que um termo insuficiente ou embaraçado basta para quebrar a melodia da frase! Como as flores dos valados, as palavras são de toda a gente, mas só o artista, coando-as pelos sentidos e entrelaçando-as, logra transmitir deliberadamente a chama da comoção que o abraçou. E ao fim, nelas deixa, como num espelho, a própria imagem reflectida...” (*Núvens sobre o Deserto*, pp. 16-17).

⁵³ Designadamente em *Núvens sobre o Deserto* («O espectro do Latim» – pp. 95-101) e *Espada ao Sol* («Dom Jerónimo e o nobre serviço de mandar», *maxime* pp. 43-45). Naquela obra arrola o Autor diversos argumentos a favor do Latim no ensino secundário, concluindo que a respectiva supressão – como de facto entre nós veio a ocorrer – seria “mutilar o passado literário de Portugal e comprometer o futuro da

que bordou em torno de domínios tão variados como são a Música,⁵⁵ o Direito,⁵⁶ a Historiografia,⁵⁷ o Amor,⁵⁸ a Mulher⁵⁹ ...

sua língua e do seu génio.” Retenha-se um fragmento das suas considerações: “Renunciar ao estudo do latim seria suspender a tradição portuguesa no que ela tem de mais precioso e de mais alto. Os grandes autores da nossa Literatura, pode quase dizer-se que sem excepção, de tal modo estão impregnados do paladar latino que se torna embaraçoso compreender a estrutura das suas obras, apreciá-la e sobretudo explicá-la sem os fulgores da luz romana.” “Por sua própria filiação, a língua portuguesa encontra na ascendência latina um princípio de rectitude, uma virtude gramatical e lógica que permite conservar o exacto sentido das palavras, e consente aumentar-lhes o significado, respeitando o sabor e a ordem da criação primitiva. Pelo confronto das duas línguas, que só o latim autoriza, ao mesmo tempo que o português revela condições de perfeito equilíbrio em movimento contínuo, mostra possuir também admirável fecundidade em permanente renovação. Não saberá entender a origem de uma língua, nem a sua evolução, quem não lhe sonda a matriz.” (loc. cit., pp. 95-97). Acerca deste assunto e polémica que suscitou cfr., por todos, *Actas do Colóquio sobre o Ensino do Latim*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos e Centro de Estudos Humanísticos, 1973.

⁵⁴ “A Retórica ordena o pensamento e dele tira as graças do estilo. Não basta saber o que se dirá; é preciso também saber como se diz. O encadeamento e a harmonia das frases, o valor e a constituição orgânica dos vocábulos, realçam a beleza do conceito escrito: são obra de meditação e de medida.” “Retórica não é forçosamente ênfase, declamação estéril, arranjo oratório, artificioso e pomposo. À inteligência a Retórica assegura a ordem por que se deve manifestar, desenvolver e firmar, de modo que, reflectindo a luz divina de que foi criada, o seu calor anime a expressão escolhida.” (*Núvens sobre o Deserto*, pp. 18-19).

⁵⁵ Amante da música, marido de uma violinista premiada – Concepción Buenaventura Pascual, medalha de Ouro do Conservatório de Buenos Aires -, Almeida Braga possuía vasta cultura musical e muita da sua prosa constitui trabalho subtil de orquestração. Cláudio e António Correia de Oliveira Guimarães apelidam-no de “troveiro rústico”. No seu belíssimo texto *Sonatina de Ravel* evoca Haendel, Bach, Beethoven, Mozart, Debussy, Wagner, Schubert, Grétry... Em *Alberto de Monsaraz no Jardim das Rimas* alude a Stravinsky. Em cima, a dado passo, faz o elogio do som e da música em palavras que Cruz Malpique também reproduz. Ei-las: “O som é para a luz como o sonho para a vida. Pelas pulsações do coração dá a música a medida do tempo. E a música fica para a palavra como a alma para o corpo. Dores que não nos atingem directamente, pela música as sentimos, e vêem a nossos olhos as lágrimas por outros já choradas. Quantas claras alegrias, quantos sofrimentos acabrunhadores e ardentes desejos apaixonados não permaneceriam estranhos ao coração do homem se a música não os despertasse?” “Arte do tempo, como o tempo a música não dura: é uma sucessão de momentos. A fábula grega e assíria a tinham por vencedora da morte. Ronsard apelidava-a amorosamente *la soeur puisnée de la poésie* e Santo Tomás de Aquino, dando-lhe o primeiro lugar entre as artes liberais, considerava-a a mais nobre das ciências humanas. Ravel fez dela o sange que lhe

movia o coração e abraçava a inteligência. Depois, repetindo infinitamente a mesma nota longa, prolongava a duração da cor orquestral e a apertava como se tivesse captado o ritmo eterno do vento!” (loc. cit., pp. 216, 222). São palavras de um esteta puro.

⁵⁶ Jurista de mérito, advogado em todas as comarcas da sua província natal – ele próprio o confessa –, defensor de figuras políticas de relevo, Almeida Braga foi também autor de páginas de doutrina jurídica, nomeadamente em torno das instituições processuais e judiciárias. No texto *Reflexões sobre a reforma dos Códigos* revela conhecer Seabra, Corrêa Telles, Paes da Silva, Moraes Carvalho, Vicente Ferrer – a par de Séneca, Ovídio, Tácito, Quintiliano... (*Espada ao Sol*, pp. 153-170). Malpique considera-o todavia menos advogado do que poeta, recordando por um lado que *poetae nascuntur, advocati fiunt* e por outro lado que nunca a cultura jurídica do Autor lhe foi de molde a abafar a poesia, nem a jurisprudência logrou destruir a beleza das orações que proferiu (loc. cit., pp. 7-8). Entre 1956 e 1964, rendendo Machado Villela, exerceu as funções de Presidente da Associação Jurídica de Braga. Cfr. *Scientia Ivridica*, n.º 26, Novembro-Dezembro de 1956, p. 549; n.º 67, Maio-Junho de 1964, p. 338; n.ºs 103-104, Abril-Junho de 1970, p. 129. Do Autor: «Reformas de Processo», in *Revista dos Tribunais*, ano 58, 1940, pp. 50-52; «Reflexões sobre a reforma dos Códigos», in *Revista dos Tribunais*, ano 63, pp. 3-7 e tb. *Espada ao Sol* cit., pp. 153-170.

⁵⁷ Ou tarefa de escrever a História. Admirável evocador do passado (v.g. em *Das Corporações do Trabalho em Portugal, Miguel de Vasconcelos e D. Jerónimo Osório*), Almeida Braga também dissertou sobre o objecto da História e a função do historiador. São suas as palavras seguintes: “O objecto essencial da História consiste em despertar a memória colectiva nas memórias individuais, suscitando a solidariedade das consciências no presente pela recordação do passado comum. Mas para que bem se estreite essa dupla solidariedade dos vivos com os mortos e dos vivos entre si, tudo há-de ser autêntico no inventário das eras extintas.” E adiante: “Da ciência não deve querer a História mais do que o espírito com que é criada: o respeito dos factos, a prudência, não avançando conclusões sem demorada análise, a possível imparcialidade, o receio de generalizar, a distinção do que é geral do accidental. Enquanto reúne os materiais de que há-de servir-se, e os escolhe, e pesa, e os medita, pode o historiador ser apenas erudito ou crítico; mas quando chega o momento de trasladar ao papel o que observou e colheu, não deve ser mais do que um artista, rendido à beleza estatutária da História. E porque a vida humana é um drama, as serenas virtudes da investigação científica têm de ceder à compreensão das paixões defuntas, para que seja verdade o que é verosímil.” “História útil é só aquela onde a nua verdade ensina, para os corrigir ou evitar, erros e defeitos.” (*Espada ao Sol*, pp. 85, 109-111).

⁵⁸ Retenham-se estas interessantíssimas palavras: “As mais das vezes o amor não passa de fugaz anedota sentimental. Amam uns para se distraírem, outros para despertar inveja, muitos para obter a felicidade, raros são os que amam por amor.” “É o amor um combate em que necessariamente há-de haver sempre um vencedor e um vencido. No começo, é o desencadear impetuoso e repentino de ocultas forças, a exaltação veemente, a labareda indómida do desejo: é o delírio, o ardor sagrado da

Merece a pena voltar a descobrir as ideias que tinha sobre a Tradição⁶⁰ e sobre a Nobreza⁶¹ e os textos que redigiu

conquista que desperta e irrompe. Depois torna-se a luta mais bárbara, mais cruel; a paixão exaspera-se, arriça: são também assim os exércitos em batalha, cuja regra é mostrarem-se mais implacáveis, mais ferozes e violentos pelo próprio efeito do seu progresso. Por fim o amor esmorece, serena e acalma desde que terminou a conquista, e morre no descanso, como a espada enferruja na quietação da panóplia.” “Não se ama o que é, mas o que se imagina que é. Onde há defeitos, vêem-se perfeições; encantos reais onde há apenas os falsos atavios de quem traz a cara comprada na botica! E desta sorte, amando as criações da nossa fantasia, não temos afinal verdadeiro amor a quem julgamos entregar cativo o pensamento. Sabe o amante o que deseja, mas não vê o que sabe.” E ainda: “O amor é o ponto onde se juntam e onde coincidem os sentimentos mais inconciliáveis: o prazer e a dor, a ternura e a crueldade, a sinceridade e a mentira, o egoísmo e o esquecimento de si mesmo, a exaltação da vida e o pavor alucinante do nada! Desconsoladamente no-lo adverte a trova escarminha de Augusto Gil: *“Há sempre coisas mesquinhas / No proceder de quem ama. / O ninho das andorinhas / É construído de lama.”* (cf. «Lição de Amor num Jardim Vazio», in *Núvens sobre o Deserto*, pp. 147 ss.). V. tb. *Espada ao Sol*, p. 174.

⁵⁹ “Têm as mulheres fama de inconstantes, por sanhudos filósofos sempre mantida. Certa vez perguntaram a um desses impertinentes que coisa havia mais leve que a pena, e logo ele respondeu que o pó. E que o pó? – tornaram. – O vento, retorquiui. – E que o vento? – A mulher. – E que a mulher? – Nada.”... “Parece que já no tempo do nosso bom Santo António as mulheres tratavam de emancipar-se da tutela masculina, adoptando os mesmos costumes e iguais modas que os homens. - Que pensa, Mestre - perguntou-lhe então o alcaide – dos novos costumes das mulheres? Querem desfrutar dos mesmos direitos cívicos dos homens... – É certo, respondeu o Santo. Mas as únicas mulheres que desejam ser homens, são aquelas que ignoram que são mulheres!” ... “A verdade é que sendo a mulher o maior mal do homem, é sem dúvida o seu maior bem.” “A vida da mulher deve ser inteiramente consagrada ao lar. Acima de tudo, ela é a ama que guarda a casa e fia a lã, na comovida imagem do primeiro cantor.” (*Núvens sobre o Deserto*, pp. 150-151; *Espada ao Sol*, pp. 179-180). Sobre o ponto, Cruz Malpique, pp. 25-32.

⁶⁰ Presentes um pouco por toda a parte no conjunto da sua obra, autêntico doutrinador tradicionalista que foi. Assim: *Alma Portuguesa*, n.º 2, Setembro de 1913, p. 57; «A Lição dos Factos», in *A Questão Ibérica*, Lisboa, 1916, p. 348; *O Culto da Tradição*, Coimbra, 1916, pp. 5, 7-8, 46; *O Mar Tenebroso*, Coimbra, 1918, pp. 3-4, 9-13; *Ao Serviço da Terra*, Braga, 1930, pp. 14-15; *Posição de António Sardinha* cit., pp. 105-111; *Sob o Pendão Real* cit., pp. 3, 7, 9, 14, 43, 92-95, 171, 189-191, 325-326; *Paixão e Graça da Terra* cit., pp. 311, 319, 323-326; *Espada ao Sol* cit., pp. 77-78. Relembrem-se algumas passagens deste soberbo conjunto: “A tradição é a essência da história, a substância viva de que se alimenta o presente. Cumpre-nos harmonisar, sempre que for possível, o antigo com o moderno: *vetera novis augendo*, conforme o conceituoso brocardo romano. Da tradição havemos de tomar tudo

acerca de figuras grandes do passado cultural português: Jerónimo Osório, humanista e conselheiro de D. Sebastião;⁶² Fr.

aquilo que tenha valor fecundo e vivo para as necessidades presentes e futuras.”...“Não há ciência sem experiência, nem Pátria sem tradição.” (*Ao Serviço da Terra*, p. 15); “Ninguém melhor que Comte mostrou a importância da tradição, que torna as gerações solidárias, ligando os vivos aos mortos. A tradição é a aplicação ao presente da experiência do passado, é a lei instintiva da continuidade das obras humanas. Pela tradição recebemos ideias, instituições, princípios que fizeram a prova do tempo. Mais do que por leis, os povos governam-se por exemplos. E nem sequer se diga que a tradição é um obstáculo ao progresso, porque o homem é um ser livre e consciente, e porque a sua liberdade original ajunta sempre riquezas novas à herança das gerações anteriores. Os povos mais aferrados à tradição têm sido também os mais capazes de progresso, isto é, de adaptarem a sua actividade às novas necessidades.” (*O Mar Tenebroso*, pp. 10-11); “Tradição não é velharia, hábito irreflectido, que apenas consiste em repetir cegamente o que já teve razão de ser e a não tem mais. Isso é inércia, e a tradição é o contrário dela. Não é também sinónimo de conservação, nem a explica o amor das ruínas extáticas, suspensas do beijo melancólico do luar. Para o verdadeiro tradicionalista, inteligente e activo, o Passado é fonte de exemplos e de lições. A tradição é para ele o que durou, o que provou secularmente. A vera tradição exige estudo e reflexão. É crítica. Reúne as forças da terra e do sangue, dos reverses do Passado tira ensinamentos, dos êxitos – modelos. Representa-a o que de positivo nos legaram nossos pais antigos. E esse conteúdo positivo, continuamente acrescentado no rodar do tempo, torna a tradição coisa viva, que não cessa de se enriquecer, de progredir. Produto de costumes seculares e de necessidades próprias, assente sobre a observação e sobre a história, a Tradição é força activa que se desenvolve incessantemente. Tradição é continuidade no desenvolvimento, permanência na renovação, como Sardinha gostava de repetir.” (*Posição de António Sardinha*, pp. 105-106); “Quando os nossos actos contrariam o Passado e o negam, ou são estereis, ou envolvem-nos então naquela apagada e vil tristeza que precede o aniquilamento das Nações.” “Destruir a tradição dum povo é matar uma personalidade histórica.” (*A Questão Ibérica*, p. 348).

⁶¹ Que soube distinguir da fidalguia e fazer assentar na virtude – único título com legitimidade para elevar e manter o homem na condição nobiliárquica. De onde o elogio que tece das qualidades do verdadeiro aristocrata – a quem deve pertencer, por direito próprio, a condução das sociedades humanas: honra, valor, mérito, serviço, fidelidade; daí também a denúncia que faz do falso aristocrata, que melhor seria não invocar a respectiva origem: “Títulos há hoje que, pelo modo como são usados, mais parecem ridículas alcunhas” – escreve em *A Revolta da Inteligência*; e acrescenta: “Fatuidade inútil seria alardear apelidos heróicos se em cada geração novos merecimentos os não ilustrassem.”...“Nobreza é valor e virtude; melhor é gerá-la e criá-la do que, havendo-a recebido, corrompê-la.” (loc. cit., pp. 27-33).

⁶² In «Dom Jerónimo e o nobre serviço de mandar», prefácio à 1.^a tradução portuguesa da obra *De Regis Institutione et Disciplina* deste autor – um dos “grandes livros da Renascença” (D. Jerónimo Osório, *Da Instituição Real e sua Disciplina*,

João dos Prazeres, monge de Tibães, autor do *Abecedário Real*;⁶³ Gil Vicente, cujo *Auto da Alma* foi o primeiro a verter para a língua francesa;⁶⁴ Camões, o poeta maior, cuja biografia pacientemente esquadrinhou;⁶⁵ José da Gama e Castro, cuja 4.^a edição d'*O Novo Príncipe* intentou prefaciá-lo;⁶⁶ e ainda as páginas que talhou a respeito de Alexandre Herculano,⁶⁷ Antero de

Lisboa, 1944, pp. IX-LX e *Espada ao Sol* cit., pp. 21-47); e «Em signo de Latim», prefácio à obra de Aubrey Bell *O Humanista Dom Jerónimo Osório*, Coimbra, 1933, pp. V-CXXIV – texto também publicado nas colunas da revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. II, fascs. V, VI, VII, Agosto-Outubro de 1933. Naquele primeiro estudo revela Almeida Braga profundo conhecimento dos antigos tratados de educação de príncipes e da doutrina consiliarista, que abundantemente arrola – *Speculum Regum, Livro da Virtuosa Benfeitoria, Tratado das Virtudes pertencentes a um Príncipe, Espejo del Príncipe Christiano, Ley Regia de Portugal, Avisos do Ceo, Arte de Reynar, Suma Política*, etc; neste segundo trabalho, a erudição heurística que demonstra possuir é impressiva: chama à colação dezenas de autores, clássicos e modernos, religiosos e leigos, nacionais e estrangeiros – São Jerónimo, Santo Agostinho, Petrarca, Pedro Hispano, Alvaro Paes, Gil Corrêa, Vasco Fernandes de Lucena, Gaspar Barreiros, Camões, Fernão Lopes, Sá de Miranda, Gil Vicente, Diogo de Teive, João de Barros, André de Resende... São estudos de elevado nível cultural.

⁶³ «À porta da aula de Fr. João dos Prazeres», in *Abecedário Real*, Lisboa, Edições GAMA, 1943, pp. IX-XXXVIII e *Espada ao Sol* cit., pp. 51-70. Centrado na análise da obra do clérigo de Tibães, cuja primeira edição remonta a 1692, espalha-se Almeida Braga em considerações de flagrante actualidade política: sobre a Ditadura, a Monarquia, a República, a Democracia, o “Corporacionismo”, etc..

⁶⁴ Cfr. *supra*, nota 9.

⁶⁵ In «Sob a estrela ruim de Camões» (*Núvens sobre o Deserto*, pp. 71-82) e «Na manhã das Profecias» (*Paixão e Graça da Terra*, pp. 333-334).

⁶⁶ Sob o título *A Revolta da Inteligência*, já várias vezes cit. (Lisboa, Portugália Editora, 1944). Trata-se de um estudo acerca da obra do físico-mor de D. Miguel no qual aproveita o Autor para fazer o elogio da Monarquia, distinguir o governo monárquico do cesarismo político, criticar os excessos da doutrina de Maurras, fixar a verdadeira finalidade social da Nobreza, enaltecer o papel diplomático do rei D. Carlos, condenar a Democracia republicana, etc.. Cumpre notar que já antes de 1944 Almeida Braga havia escrito acerca de Gama e Castro: assim, na revista *Integralismo Lusitano - Estudos Portugueses*, a propósito da publicação do *Diário da Emigração para Itália* do doutrinador legitimista, conforme ficou dito na nota 30 (vol. II, fasc. IV, pp. 235-238). Sobre esta figura, por todos, ver Luís Manuel Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução – O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973.

⁶⁷ «Quando Herculano era Jacobino», in *Espada ao Sol*, pp. 101-106.

Quental,⁶⁸ Camilo Castelo Branco,⁶⁹ Júlio Brandão,⁷⁰ Antero de Figueiredo,⁷¹ António Corrêa de Oliveira,⁷² Afonso Lopes Vieira,⁷³ D. Carlos I,⁷⁴ Juan Valera,⁷⁵ Jean-Jacques Rousseau,⁷⁶

⁶⁸ «Um profeta da República», in *Sob o Pendão Real*, pp. 133-145 e *Núvens sobre o Deserto*, p. 197. Recorte-se um trecho: “Antero não é grande poeta senão quando tenta ser grande filósofo. E se do filósofo teve todas as qualidades, não lhe faltaram também todos os defeitos. A sua poesia é abstrusa, difícil, deixando as mais das vezes profundamente oculto o seu sentido íntimo.” “De si mesmo fugia, como se fosse um fantasma. Levado pelo vento de mil desejos impossíveis, não acertava consigo. Turbava-lhe a tristeza a consciência. E a dúvida de todas as coisas, o cansaço de tudo, deixavam-no agonizante nas encruzilhadas do pensamento.”

⁶⁹ Eram antigas as ligações de Almeida Braga à figura e à prosa de Camilo. Já o Dr. Carlos de Almeida Braga, pai do Autor, havia obtido do grande novelista uma *carta-prefácio* para uma obra que escrevera – *O Padre Henrique* –, estampada em Coimbra em 1884 (Ed. José Luiz da Costa, pp. V-VIII). Em *O Significado Nacional da obra de Camilo*, conferência proferida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Luís de Almeida Braga analisa, a fundo, a biografia literária do escritor, na qual encontra “influências hereditárias”, “loucas aventuras”, “amores, ambições, combates, injustiças, murmúrios”, “tristeza”, “dor”, “longo caminho de ilusões perdidas”, “exuberância”, “trabalho rápido, violento”, “realismo material”, “poesia sentimental”... (Lisboa, Portugália Editora, 1923). V., sobre o ponto, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro Gonçalves, *Nação e Portugalidade na obra literária de Luís de Almeida Braga*, Porto, 2009, pp. 40-46.

⁷⁰ «Epitáfio de Júlio Brandão», in *Núvens sobre o Deserto*, pp. 173-180.

⁷¹ Que considera “perfeito escritor”, “grande artifice da prosa”, “mais apto para pintar do que para desenhar” – reunindo em si duas qualidades primaciais: o “poder de evocar” e o “dom de sentir” («Entre o Céu e o Inferno», in *Núvens sobre o Deserto*, pp. 159-166 e «Hospital das Letras», in *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. I, fasc. II, Maio de 1932, pp. 100-102).

⁷² “Tudo em António Correia de Oliveira denuncia o poeta maravilhoso: a extensão da obra, a abundância e a força dos conceitos, a imagem reveladora, ora soando como as franças do arvoredo quando o vento enlouquece, ora sumindo-se como arrullo triste em escondido ninho! Nada inventa no domínio das ideias, para lá das interrogações com que a vã filosofia quer encarrear o enevoado instinto, mas é o espelho fiel do sentir popular. Também nunca a verdadeira, a grande poesia foi a eloquência, a política ou a história: sempre a alta poesia foi o conhecimento interior, voz da alma, essência sonora, em que o pensamento, por ser paixão, se faz música. A poesia de António Correia de Oliveira é esse diluído fio melódico em que a ideia se transforma em sentimento e o pensamento se dissolve em canto.” («Prefácio» à obra *Antologia*. I – *Líricas* de António Corrêa de Oliveira, Porto, Livraria Tavares Martins, 1946, p. XX).

⁷³ «Imagem e sentimento de Império em Afonso Lopes Vieira», in *Afonso Lopes Vieira. 1878-1946. In Memoriam*, Lisboa, 1947, pp. 183-195 e «Hospital das Letras», in *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. I, fasc. III, Junho de

Charles Maurras,⁷⁷ Jean-Paul Sartre,⁷⁸ Albert Camus,⁷⁹ Otto

1932, pp. 148-151. Cfr. tb. Maria Odete Cordeiro Gonçalves, loc. cit., pp. 51-55.

⁷⁴ A cuja memória presta justiça, v.g. em *A Revolta da Inteligência*, pp. 36-42 e *Sob o Pendão Real*, p. 209. “Já não há quem se atreva a negar o alto prestígio internacional alcançado pelo governo de El-Rei D. Carlos” – escreve ali; e ilustra, exemplificando: “Na África, os capitães do Rei firmavam o domínio português em lances de bravura como só os tinham contado as crônicas do antigo tempo heróico. Em Paris, em Londres, em Berlim, em Madrid, o Rei captava pela vivacidade da inteligência e pelos primores da cultura a simpatia e a admiração de quantos se lhe aproximavam. Quando do funeral da Rainha Vitória, a corte inglesa formou à sua volta. Enciumado, Leopoldo II da Bélgica não se conteve que não dissesse: - “Bem, Carlos: a que horas é o jantar? Pelo que vejo és tu quem manda aqui.” Bem podia mandar, porque ele foi, no juízo do historiador espanhol D. Jesús Pabón, superior a qualquer dos monarcas do seu tempo.”

⁷⁵ «Dom João Valera e as Letras Portuguesas do seu Tempo», conferência proferida no salão nobre do Instituto de Coimbra (sep. da revista *O Instituto*, vol. 111.º, Coimbra, 1948).

⁷⁶ Cujo racionalismo apriorístico, optimismo antropológico, contratualismo igualitário e populismo soberano censura mais de uma vez. Cfr. «À margem do Contrato Social» e «As Ilusões Anarquistas», in *Sob o Pendão Real*, maxime pp. 96-106, 290-293.

⁷⁷ «Meditação da última Noite», in *Espada ao Sol*, pp. 143-152 e tb. *A Revolta da Inteligência*, pp. 17-22. Conquanto admirador intelectual da figura de Maurras, Almeida Braga censura o chefe de fila da *Action Française*, quer por se ter afastado da ortodoxia católica, quer sobretudo por, num lance dramático da sua vida, ter abdicado de toda a doutrina monárquica que anteriormente escrevera para apoiar, como apoiou, pragmatisticamente, o regime de poder pessoal do Marechal Pétain. São belas as suas palavras, que concluem assim: “Na enxovia onde purgou o erro de confiar no que estava destinado a desaparecer logo que o velho Marechal se sumisse, Maurras fica para sempre como exemplo crudelíssimo de que servir o efêmero é apenas o meio de preparar angustiosos lances de sangue e de lágrimas.” “O poder pessoal de um homem, por maior que esse homem seja, é sempre precário. Só a dinastia o torna eficaz, assegura a sua continuação sem sobressaltos, discussões ou lutas. O poder pessoal de um homem, que vale apenas por si, facilmente cai no arbítrio. Para que a sua vontade seja respeitada, as liberdades essenciais são frequentemente submetidas ao seu capricho e pelo seu capricho aniquiladas. Não basta à paz do Estado o chefe único, se atrás dele não existir a promessa de que o poder não morre consigo e lhe sobreviverá nos descendentes. Contra o que belamente ensinara, Maurras esqueceu que Pétain, alçado ao poder por uma assembleia apodrecida, não possuía a autoridade nem a independência que só tem o Rei.”

⁷⁸ Cujas páginas existencialistas fria e acutilantemente verbera: “Toda a obra de Sartre é a confissão atormentada de quem por excessivo e infantil erotismo se encontra vencido. Afectivamente cego, nem o homem nem a mulher têm para ele significação carnal. A sua existência é apenas um facto incómodo, que importa destruir. Como se existir fosse estar, viver é fazer viver o ilógico. Para ele não há valores nem

von Bismarck⁸⁰ - sem esquecer os seus companheiros de armas do Integralismo: António Sardinha à cabeça,⁸¹ mas também

regras que limitem a conduta do homem. Livre e apartado de tudo e de todos, o homem tem em si próprio o seu destino. Nenhum laço, solidariedade alguma o prende aos outros homens. Ao cabo, só o espera a anarquia e a morte. Na contemplação da ignomínia humana, do que nela há de mais sórdido e de mais reles, escapa-lhe o aroma das flores, a graça de um sorriso de criança... Sobre estas areias construiu João-Paulo Sartre a torre onde se encerrou.” («A nova Moda Literária», in *Núvens sobre o Deserto*, pp. 199-200).

⁷⁹ Que igualmente censura: “A vida afigura-se-lhe absurda. E o absurdo, nas palavras liminares de *Le mythe de Sisyphe*, é o pecado sem Deus. Porque é absurdo, pode o homem fazer tudo quanto lhe apeteça, sem que o contenha a verdade ou o erro, a moral ou a lógica. É o lastimoso epílogo da tragédia de Nietzsche: “Nada é verdadeiro. Tudo é falso.” Daí, uma só estrada fica aberta para o homem: a do suicídio. Ele o diz, frio e inexorável como quem constrói um aforismo: “Só há um problema filosófico verdadeiramente sério: - é o suicídio.” “A morte é para Camus o possível absoluto. Necessidade suprema e condição da liberdade total, a morte põe o homem na presença de si mesmo. Vendo-se, encontra no que é o que foi: - afirmação póstuma, justificando só por ela a existência.” “A vida é peste. Não há outra moral senão a da desgraça. Nem dogma, nem senhor, nem Deus. Só a violência é poder e só ela manda. E o homem vagueia atordoado, gritando no meio das trevas: - não sei, não sei...”. E desabafa Almeida Braga, encerrando as suas considerações sobre a “nova moda literária” que então se desenhava no Ocidente: “A isto quer amoldar o homem o figurino da última escola literária! Perdeu a Europa o gosto de amar a vida. E por sobre as ruínas, entre precipícios, também já não encontra a alegria de crer e de esperar!” (loc. cit., pp. 201-204).

⁸⁰ Cfr. *A Revolta da Inteligência*, p. 34; *Sob o Pendão Real*, pp. 313-321, 386; *Espada ao Sol*, p. 57.

⁸¹ Merece largo apontamento o historial das relações entre António Sardinha e Luís de Almeida Braga. Condiscípulos em Coimbra, primeiro no Liceu, ambos “bichos”, depois na Universidade – embora este atrasado na matrícula um ano, confidentes aquando das Incursões Monárquicas (ver *supra*, nota 8), correspondentes por ocasião do lançamento da revista *Alma Portuguesa* (ver nota 12), colaboradores na Junta Central do Integralismo Lusitano, nas Conferências da Liga Naval, na revista *Nação Portuguesa*, no periódico *A Monarquia*, no golpe da “Monarquia do Norte” – foi a Almeida Braga que António Sardinha confessou a sua conversão à Monarquia e ao Catolicismo, essas duas “verdades imortais”, em carta célebre, que corre impressa. Mais tarde, além de lhe dirigir palavras de funda amizade (“Tu és o parente mais arrumado do meu espírito, aquele em quem eu revejo tudo aquilo que eu sou”), Sardinha havia de lhe dedicar três títulos da sua obra literária, a saber: o poema «A canção dos grandes Caminhos», inserto na colectânea *A Epopeia da Planície* (Coimbra, 1915, pp. 57-63), o livro *Na Corte da Saudade – Sonetos de Toledo* (Coimbra, 1922) e a recensão bibliográfica «No jardim da Raça», inserta na colectânea *Ao Ritmo da Ampulheta* (Coimbra, 1925, pp. 89-101). Almeida Braga, por seu turno,

Hipólito Raposo,⁸² Pequito Rebello,⁸³ Alberto de Monsaraz⁸⁴ ...

Merecem ser novamente estudadas, e meditadas – é este o termo – as palavras que deixou impressas sobre a etnologia e a etnografia das gentes do Entre-Douro-e-Minho – minhoto de

muito mais longevo no tempo do que o amigo e “irmão na religião do Encoberto”, dedicou-lhe ao longo da sua vida nove textos, pelo menos. Foram os seguintes: «Caridade de Patria», in *Política*, ano I, n.º 10, 1930, pp. 2-14 e *Sob o Pendão Real* cit., pp. 405-448; «Prefácio» ao poema *Roubo de Europa*, Lisboa, 1931, pp. VII-XXXIV; *Posição de António Sardinha* – estudo fundamental para a defesa da memória de Sardinha perante aproveitadores políticos do Estado Novo (Lisboa, 1943); «A lição de António Sardinha», in *Gil Vicente*, vol. XI, n.ºs 3-4, 1935, pp. 33-39; «Posição de António Sardinha», in *Gil Vicente*, vol. XX, n.ºs 11-12, 1944, pp. 209-210; «Primeiras e últimas lembranças de António Sardinha», in *Cidade Nova*, II série, n.º 5, 1951, pp. 270-274, *Reconquista*, São Paulo, vol. III, n.ºs 2-3, pp. 189-191 e *Espada ao Sol* cit., pp. 131-137; «Evocação de António Sardinha», in *Arte e Literatura*, suplemento de *Tribuna de Petrópolis*, Abril de 1951, pp. 1, 5, *Gil Vicente*, 2.ª série, vol. III, n.ºs 1-2, 1951, pp. 5-7 e *Espada ao Sol* cit., pp. 137-140; «O sentimento de Amor nos versos de António Sardinha», in *Núvens sobre o Deserto* cit., pp. 21-31. Para além destes textos consagrou ainda à memória do dilecto amigo (tal como a Monsaraz, Hipólito Raposo e Pequito Rebello) a sua obra *Paixão e Graça da Terra* (1.ª ed., Porto, 1932). De notar, enfim, que no Espólio de António Sardinha, actualmente na Biblioteca Universitária João Paulo II, existem 72 cartas e 11 postais escritos pelo punho de Luís de Almeida Braga – número bem revelador das afinidades de espírito que existiram entre os dois correspondentes. Sobre o ponto, ver: José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires* cit., pp. 116-129, 135 ss., 252-253; Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* cit., pp. 21, 25-27, 33; Jesús Pabón, *La Revolución Portuguesa* cit., pp. 275-277; Rodrigues Cavalheiro, *Um inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte* cit., pp. 50-54.

⁸² De quem foi contemporâneo em Coimbra, correligionário nas lides do Integralismo, visitante na prisão da torre de São Julião da Barra, colaborador na revista *Integralismo Lusitano - Estudos Portugueses* e na chefia das Edições GAMA – e a quem dedicou dois títulos da sua bibliografia, pelo menos: «Saudades de Coimbra» (in *Núvens sobre o Deserto*, pp. 83-93) e «A dádiva de honra e glória de Hipólito Raposo» (in *Espada ao Sol*, pp. 109-127) – além da obra *Paixão e Graça da Terra*. Cfr. Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro*, vol. I, Lisboa, 1945, pp. 141, 143, 148, 152, 163 e *passim*.

⁸³ Com quem esteve em Coimbra, na Junta Central e em Inglaterra e a quem dedicou depois *Paixão e Graça da Terra* e *Lunário Sentimental* – texto este de 1949 – com as seguintes palavras: “A José Pequito Rebelo, sementeiro da Terra e do Espírito.” V. *supra*, nota 24.

⁸⁴ Com quem esteve em Coimbra, na Junta Central, em Bronnbach, na assinatura do Pacto de Paris e a quem dedicou o belíssimo texto *Alberto de Monsaraz no Jardim das Rimas* (1952) – além da obra *Paixão e Graça da Terra*. Cfr. *supra*, notas 25, 28.

cepa que foi, nascido em Braga, Presidente da Confraria do Bom Jesus do Monte,⁸⁵ cantor permanente e inspirado da vida do campo – da paisagem, do relevo, das águas, das plantas, dos sons, das flores, dos frutos, dos sóis escaldantes, dos invernos gelados, das gotas de orvalho, das festas, das romarias e das colheitas da terra que o viu nascer.⁸⁶ Compilador de quadras

⁸⁵ Para além de membro da Liga de Defesa da Região de Braga, sócio fundador do Instituto Minhoto de Estudos Regionais e director da respectiva revista – *Minia*, que se publicou nos Anos 40. Foi na qualidade de dirigente da Confraria do Bom Jesus do Monte que Luís de Almeida Braga proferiu o seu brinde *Grandeza e Misérias do Bom Jesus do Monte*, que corre impresso (Braga, Livraria Cruz, 1940) e na de membro da Liga de Defesa da Região de Braga que proferiu o discurso *Ao Serviço da Terra*, que corre também impresso (Braga, Livraria Cruz, 1930).

⁸⁶ Grande parte da obra de Almeida Braga encontra-se efectivamente impregnada de notas de rusticismo sadio, de neogarrettismo literário, de trechos de defesa do municipalismo, do regionalismo e das liberdades locais. São deste jaez alguns fragmentos de *Pão Alheio* (pp. 251-256), *O Culto da Tradição* (pp. 74-76), *O Mar Tenebroso* (pp. 26-28), *Paixão e Graça da Terra* (onde evoca a máxima de Gourmont, segundo a qual “*la personnalité diminue à mesure que l’homme s’éloigne du sol qui a nourri ses ancêtres. Quitte son milieu, c’est se perdre et se condamner à la dégénérescence*” – pp. 3 ss., 335), *A Revolta da Inteligência* (pp. 25-26, 64-65), *Núvens sobre o Deserto* (pp. 45-60, 61-70, 127-137, 181-194 e *passim*), *Ao Serviço da Terra* (pp. 8-12, 14-17), *Posição de António Sardinha* (pp. 59-62), *Sob o Pendão Real* (pp. 255-263). No livro *O Culto da Tradição* profere o Autor o elogio emocionado do Minho, sua província natal. É página de antologia. Ouçamo-lo: “Terra dentre Douro e Minho, venerável solar da pátria portuguesa, terra alegre e fecunda – jardim e pomar -, linda e simples, casta e ardente, sonhadora e audaz! Ó doce paisagem das colinas virentes, paisagem contemplativa onde as almas amorosas surpreendem o diálogo da terra com Deus, e se entende que as águas, se vão pelos barrancos, entre penhas soltas, rezam; se livres, nas levadas, cantam; se estão presas nas fontes ficam a chorar. Esta paisagem é uma admirável lição de equilíbrio moral e de serenidade. Toda a província se aperta entre o anil das montanhas e a linha doirada da areia, onde as ondas vêm, vestidas de espuma, semear a tentação do longínquo, segredar as riquezas do Remoto. E à noite, à volta da lareira branda, quando nos teares a canela cansou de rir e brincar, e adormeceu enliada entre os fios da teia, quando em toda a casa não há outro ruído além do rodar melancólico das dobadoiras, as velhinhas, de roca à cintura, marcam, pela dança alada do roliço fino, as Avé-Marias do rosário em que pedem ao céu que o céu proteja os que andam sobre as águas do Mar... Terra dentre Douro e Minho, terra das éclogas e das baladas, das desgarradas pelo luar silente; das feiras e das romarias, dos serões, das descamisadas, das espadelas pelo luar de Agosto; das pizadas, quando o sol, em Setembro, é um bago d’ouro no céu! Terra de Santa Maria, terra mãe de Portugal, minha terra e terra dos meus mortos, terra que formou a minha sensibilidade, é o teu sangue que corre no

populares que se vão perdendo, como aquela que reza, por exemplo – e é toda uma atitude perante a vida – que “*Não há pão como o pão branco / Nem carne como o carneiro, / Não há vinho como o tinto / Nem amor como o primeiro.*”⁸⁷; ou aquela que avisadamente recomenda: “*Ó meu amor ama a graça, / Não ames a formosura; / A formosura sem graça / É pior que a noite escura.*”⁸⁸

Eis aí, em suma, todo um património cultural que nos aparece erguido com mão de mestre, em prosa castiça, de casta bem portuguesa, sem solecismos, sem barbarismos, sem cacofonias, sem anfibologias, nos vários títulos que foi atirando, um após outro, para a fogueira das Letras, e ficaram a fazer parte da sua bibliografia de eleição. Creio até que bastaria citar esses títulos, sem ser necessário mais nada, para termos a confirmação, como que *a priori*, da sensibilidade estética do Homem, do arcaboço do Humanista, da compleição do Investigador, do esmero do Estilista: *Pão Alheio, O Mar Tenebroso, Paixão e Graça da Terra, Sob o Pendão Real, O Culto da Tradição, A Revolta da Inteligência, Núvens sobre o Deserto, Espada ao Sol...*

E a juntar a tão portentoso acervo está ainda o esforço de divulgação dos nossos clássicos, que em boa hora chamou a si com Hipólito Raposo ao aceitar a chefia das Edições GAMA, colecção cujos prelos publicaram livros do mais alto relevo.⁸⁹

meu coração, trago dentro de mim soldado o teu espírito e a tua força, ó ninho de Portugal!” (loc. cit., pp. 74-76). Sobre esta faceta da obra literária de Almeida Braga, ver: António Sardinha, *Ao Ritmo da Ampulheta* cit., pp. 99-101; Cláudio e António Correia de Oliveira Guimarães, *Nação Portuguesa* cit., pp. 277-279; Cruz Malpique, op. cit., pp. 19-23; Aníbal Pinto de Castro, loc. cit., *passim*.

⁸⁷ «Loa do Vinho Verde», in *Núvens sobre o Deserto*, p. 57.

⁸⁸ «Alegoria das Danças Minhotas», in *Núvens sobre o Deserto*, p. 132.

⁸⁹ V.g. *Suma Política* de Sebastião César de Menezes, *Abecedário Real* de Fr. João dos Prazeres, *Braquilogia de Príncipes* de Fr. Jacinto de Deus, *Dissertação a favor da Monarquia* do Marquês de Penalva.

* * * *

Escoados que vão os minutos de estilo que me foram assinalados para usar da palavra, creio não ter dito ainda, Senhoras e Senhores, o essencial sobre Luís de Almeida Braga. E o essencial, quanto a mim, é o seguinte: Almeida Braga foi um homem que perdeu, uma a uma, todas as batalhas que travou – políticas, ideológicas, sociais, culturais. Foi, no seu tempo, um vencido. Foi o próprio paradigma do Vencido. Assim é, com efeito.

Senão vejamos:

- Perdeu nas Incursões da Galiza com Paiva Couceiro;⁹⁰
- Perdeu na efémera proclamação da «Monarquia do Norte»;⁹¹
- Perdeu em Eastbourne e Londres com o rei D. Manuel II;⁹²
- Perdeu na aposta realista em D. Duarte Nuno de Bragança;⁹³
- Perdeu na oposição política que moveu ao Estado Novo;⁹⁴
- Perdeu na reivindicação jurídica dos bens da Casa de Bragança;⁹⁵
- Perdeu na denúncia que fez dos atentados à Tradição Portuguesa, geradores de grave desordem social;⁹⁶

⁹⁰ V. *supra*, notas 4-7.

⁹¹ V. *supra*, notas 22-23.

⁹² V. *supra*, nota 24.

⁹³ V. *supra*, notas 25, 28, 29.

⁹⁴ V. *supra*, notas 31, 33-38, 41, 77.

⁹⁵ V. *supra*, nota 32.

⁹⁶ “Enfraqueceu-se a Família – primeiro elemento constitutivo da nação, que é para o corpo social o mesmo que a célula para o corpo vivo – e procurou-se até dissolvê-la pelo divórcio, pelo imposto sucessório, pela entrega ao Estado da função, que só aos pais incumbe, de educar as crianças; foram divididas as províncias, que desde a primeira hora da nacionalidade haviam sido delimitadas pelo seu carácter agrícola e climatológico; a vida municipal – lareira sagrada, em que os corações se aqueciam para o amor e compreensão da terra – foi extinta, e procedeu-se a uma arbitrária

- Perdeu na refutação da Democracia Liberal individualista;⁹⁷

divisão administrativa, que apenas tem a vida fictícia que o poder central lhe empresta. A Igreja foi sujeita ao Estado, e em nome da Liberdade proibidas as ordens religiosas – centros admiráveis de estudo e caridade. Numa palavra, foram rotos todos os laços que a natureza ou a experiência tinham formado e pelos quais a geografia, o clima, a história, a profissão ou o ofício, uniam os povos e os tornavam fortes. E sobre as ruínas que tal estado de coisas espalhou por toda a banda, deixando os indivíduos ao deus-dará, dispersos e debilitados, só o Estado se ergue como um colosso mitológico no meio de pigmeus miseráveis!” (*Sob o Pendão Real*, pp. 95-96).

⁹⁷ “A Democracia – outra vez o repito – é a mãe do caos: nivela valores desiguais, nega os heróis, destrói os templos. O mais imundo materialismo a alimenta e propaga. Exaltando a ideia animal dos máximos regalos corpóreos, a Democracia rebaixou o trabalho à mesquinha aspiração de ganhar dinheiro, e desta sorte lhe tirou o seu carácter sagrado de comunhão do homem com as coisas. “Enriquecei; enriquecei!” – gritava aos apaniguados o grande ministro da burguesia liberal. O homem não vive só de pão. O pão é amargo se a flor do ideal o não tempera.”...“A vida humana vale o que valer o seu ideal e o que valer a forma por que se procurou efectivá-lo. Sem ideal, nada de belo ou grande foi feito no mundo.” (*Posição de António Sardinha*, pp. 96-97); “O que caracteriza a Democracia e a distingue das outras formas de governo é precisamente o facto de o poder se encontrar nas mãos do povo. É, pois, o povo que a si mesmo se governa. Confunde-se, portanto, o governado com o governo, o dirigente com o dirigido. Dá-se assim o absurdo de ser a massa da nação quem governa, quando ela é que, precisamente, mais necessidade tinha de ser governada.” (*Sob o Pendão Real*, pp. 339-340); “Sob o regime do sufrágio universal a vitória pertence aos menos escrupulosos, aos mais corruptos, aos que melhor sabem especular com a credulidade, a fraqueza, a cobardia, a inveja, o ódio, o egoísmo, isto é, com tudo o que no homem há de mais vil. Certo publicista português comparava a época das eleições a uma grande feira franca para a compra e alburque das consciências. A honra, o brio, o carácter, todos os sentimentos generosos que podem fazer o homem digno da própria estima e da dos outros, são aí postos em almoeda. O regime democrático entrega desta forma o triunfo ao que há de pior numa nação. “*On n’a qu’à formuler un axiome qui flatte la nonchalance et la vanité*, dizia o grande confidente do Fausto, *pour être sûr de se faire un parti considérable dans la multitude des médiocrités*.” O Parlamento é o centro de defecções que empesta a vida nacional. Barrès, o fino educador de almas, escrevendo um livro sobre o Parlamento, punha-lhe este título expressivo: *Na Cloaca*. O nosso José Agostinho de Macedo, após as côrtes de 20, chama-lhe *Casa de Orates*.” (*Ibidem*, pp. 113-114); “Uma política de interesse local e particular, organizada à sombra da soberania do povo, tem sido largamente feita com prejuízo da Nação. Os partidos lançam a Pátria em continuada guerra civil. E a corrupção eleitoral, por toda a parte mantida, erigiu-se em novo sistema de governo. Para ser fácil e segura a corrupção eleitoral, a mais apertada centralização foi levada a cabo, a ponto de deixar inutilizadas e quebradas

- Perdeu no ataque à República como regime;⁹⁸
- Perdeu na defesa do município, da ruralidade e das liberdades locais;⁹⁹
- Perdeu no combate que travou pela estruturação dos corpos intermédios - de natureza moral, cultural, social,

todas as energias particulares.” (*Ibidem*, p. 48) São referências tão somente exemplificativas.

⁹⁸ “É preciso ter a coragem das nossas opiniões. Não nos percamos mais em utopias. A eleição do chefe do Estado satisfaz os princípios republicanos, está na lógica do sistema, mas traz consigo uma causa permanente de fraqueza, de desagregação, de instabilidade. Se é preciso eleger directamente o Presidente da República, porque não se elegerão também os juizes, os governadores civis, os comandantes militares? Seria igualmente lógico e igualmente absurdo. A eleição, fonte do poder, é contra a natureza, tanto na família, como da oficina, como no Estado. Não institui a ordem, fomenta a desordem; não assegura o funcionamento regular das necessárias liberdades, instaura a tirania, pervertendo o poder geral da sociedade em benefício daquele a quem é confiado, daqueles que se agrupam por detrás dele para lho conservar. E porque a tirania nunca pôde ter bom fim, convém se retire à eleição o direito de constituir, ou melhor, de captar o poder.” (*Sob o Pendão Real*, p. XV); “Penetremos neste axioma: a Monarquia é por essência construtora de ordem; a República é naturalmente desorganizadora. Diga-se bem claro que o perigo está na falta de Rei; que sem Rei qualquer reforma positiva é quimérica, mesmo a conservação de Portugal; que, pelo contrário, com o Rei tudo advém, senão seguro e fácil, pelo menos possível; que, por consequência, antes de mais nada, importa encerrar este vilipendiado interregno, restaurar a Realeza.” (*Ibidem*, p. 28). E ainda: “Levanta-se o cansado argumento do perigo de que venha o direito de ocupar o trono a recair pela obscura lei da herança em quem não possua as condições de capacidade e de carácter necessárias para reinar; mas este mal não o remedeia o sistema republicano. “*Nunca la degeneración de las razas reales ha engendrado monstruos tan horrendos como los que con tanta frecuencia vienen por las vías de la elección o de la anarquía, a encarnar la magistratura suprema en las repúblicas*”, vingadoramente escreveu Sánchez de Tora (*Del Gobierno en el Régimen Antiguo y el Parlamentarismo - La Realeza*, pág. 289-290). E Renan sustentava ser o acaso do nascimento menor do que o acaso do escrutínio. Por seu turno, o bem insuspeito Gastão Jêze, mestre de mestres, declara que a Democracia não pretende super-homens por governantes, contenta-se com mediocres, apanhados à sorte na multidão.” (*Ibidem*, pp. 35-36); “Qualquer forma que a República possa tomar, quer seja demagógica ou cesariana, é sempre a improvisação, a descontinuidade, a incerteza, a dependência.” (*Ibid.*, p. 41); “Mesmo teoricamente, e duma maneira abstracta, a República ocupa o último lugar entre todas as formas de governo.” (*Ibid.*, p. 339). No mesmo sentido, entre outros textos, *A Revolta da Inteligência*, p. 62; *Sob o Pendão Real*, pp. 25, 29, 43, 290; *Posição de António Sardinha*, p. 55; *Espada ao Sol*, p. 64.

⁹⁹ Cfr. *supra*, notas 85-88.

económico--profissional - entes verdadeiramente representativos da sociedade civil;¹⁰⁰

- Perdeu na defesa que fez da Família como instituição primária da sociedade;¹⁰¹
- Perdeu na apologia do Catolicismo como religião oficial do Estado Português;¹⁰²

E perdeu até – porque não dizê-lo? – na própria publicação das conferências que proferiu e das obras que foi elabo-

¹⁰⁰ Que é outra constante da sua obra doutrinária, estrénuo defensor que foi de um corporacionismo de associação, e não do corporativismo de Estado ensaiado durante a II República. Transcreva-se esta boa síntese: “O Integralismo contrapõe ao parlamento Côrtes representativas, que não sejam produto do enganoso sufrágio universal, onde jamais se apura a expressão da vontade dos melhores e dos mais cultos. Nessas Côrtes, quere a doutrina integralista esteja representado tudo o que no Estado é permanente e vivo: aí se mostrará o interesse intelectual, servido pelas corporações científicas e docentes, as Academias e a Universidade; aí terá representação o interesse moral e religioso, pelo Clero; o interesse material pelo comércio, pela indústria, pela agricultura; o interesse aristocrático, por aqueles que perpetuam nomes ilustres da História, que recordam as grandes empresas nacionais, virtudes, talentos, heroísmos, isto é, as aristocracias do sangue, da honra e da riqueza generosa; os operários lá terão o seu posto pelos sindicatos; e como além de tudo isto há um interesse comum, colectivo, bem determinado, o da defesa, serão seus naturais representantes os militares. As garantias civis tornar-se-ão então reais e ligadas à vida íntima do povo; a liberdade de associação corresponderá pela sua plenitude à liberdade do governo.” (*Sob o Pendão Real*, pp. 11-12). Em sentido idêntico, desenvolvendo a súmula acima exposta, v. «Das Corporações do Trabalho em Portugal», in *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, vol. I, fascs. II, III, IV, Maio-Julho de 1932, pp. 49-66, 117-125, 163-172; «A Lei do Trabalho», in *Paixão e Graça da Terra*, pp. 115-301; *Espada ao Sol*, pp. 205-206; *A Revolta da Inteligência*, p. 65.

¹⁰¹ V.g. nos textos «As Pedras do Lar» (in *Espada ao Sol*, pp. 173-190), «O Presépio da Raça» (in *Paixão e Graça da Terra*, pp. 38-43) e «O Centro Católico» (in *Sob o Pendão Real*, pp. 242-245). Neste particular considera o Autor a família a primeira das instituições – “instituição de direito natural e de origem divina tão antiga como a humanidade” -, nega a essência contratual do casamento, defende a propriedade familiar vinculada – condição de estabilidade e continuidade das famílias -, condena a partilha e pulverização das heranças, combate os sistemas fiscal e sucessório em vigor, defende o direito de primogenitura, repudia a dissolubilidade do vínculo conjugal, reivindica para os pais a educação dos filhos menores, enaltece o papel da mulher no seio do lar. Ao fim, reproduz com todas as letras aquilo que rotula de “axioma eterno de Le Play”: “*Tout ce qui est fait contre la famille est fait contre la patrie et tout ce qui est fait contre la propriété est fait contre la famille.*”

¹⁰² Cf. *supra*, nota 43.

rando ao longo do tempo – umas e outras cada vez mais sepultadas pelo obstáculo político, pelo preconceito ideológico, pelo camartelo tecnológico, pelo furor cibernético, pelo poder alienante da moda cultural e até mesmo pela ignorância das novas gerações – vítimas primeiras e últimas de um sistema educativo que as deixa quase totalmente incapazes de absorver uma obra com a riqueza e a plasticidade da sua.

Em todos estes combates Luís de Almeida Braga perdeu, saiu derrotado. Tendo embora junto de si uma figura de invulgar craveira espiritual – Concepción Buenaventura Pascual, que bem soube compreender e acompanhar os ideais do Marido¹⁰³ -, saiu derrotado em todas as pugnas e escaramuças que andou sustentando pela terra. Foi o protótipo do Vencido.

Vulto granítico, cuja vida se escorou no mérito, no serviço, no sacrifício, Luís de Almeida Braga aparece-nos como aquele homem do poema de Kipling que vem plenamente a propósito evocar aqui:

Aquele homem capaz de ficar no seu posto quando os outros desertam à sua volta;

Capaz de sonhar sem viver de sonhos e de pensar sem deixar de agir;

Capaz de enfrentar o Triunfo e a Derrota, tratando-se por igual como impostores que são;

Capaz de ver desfeita a sua obra e de voltar a construí-la com ferramentas gastas;

Capaz de juntar tudo o que possui para o arriscar nu-

¹⁰³ Nascida em Buenos Aires, musicóloga distinta, senhora “doce, sorridente, cândida”, “espalhando bençãos”, “anunciando a paz”, escreve José Manuel Villas-Boas (*Caderno de Memórias*, Lisboa, 2003, p. 240). V. tb. *O Debate*, ed. 8 de Janeiro de 1966; Maria Odete Cordeiro Gonçalves, *Nação e Portugalidade* cit., p. 15.

ma cartada só;

Capaz de falar às massas sem perder a virtude e de tratar com Reis sem deixar de ser simples;

Capaz de conseguir que nervos, braços e coração continuem a servi-lo, apesar de exaustos;

Capaz de seguir em frente, pela estrada da vida, quando já nada tem a ganhar na ordem temporal.

Homens destes, de semelhante estrutura moral e cívica, são raros. Sempre o foram; sempre o serão. Mas são eles que dignificam e enobrecem a espécie humana.

Dir-se-á todavia que as causas pelas quais se bateram perderam o valor: são *causas perdidas*. Dir-se-á que eles próprios se viram derrotados. *Vae victis!* Mas talvez tais causas, perdidas para uns, sejam para outros causas eternas, porque deram sentido à sua própria existência. E talvez a vida dos povos se não faça apenas com os vencedores; talvez se faça também com os vencidos, com os marginais, com os heterodoxos, com os exilados na sua terra, com aqueles que nunca tiveram poder. E talvez – quem sabe? – os vencidos escrevam também eles páginas de História, senão até, por paradoxo, algumas das suas melhores e mais belas páginas. Não morreu Camões de mal com os homens da sua Pátria?

* * * *

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Sintra,

São bem do interesse público os materiais que passam agora à posse da Autarquia por acto de doação da Senhora D. Maria do Carmo de Almeida Braga Pinheiro Torres – restos

documentais da vida de um homem superior. Conserve-os o Palácio Valenças para enriquecimento do património público e para proveito dos investigadores; conserve-os escrupulosamente, para salvaguarda da memória particular, do grande Escritor e da memória colectiva, que é a memória do Povo Português.

Já pela parte que me toca, admirador que sou da figura e do exemplo de Luís de Almeida Braga, só me resta pedir aos presentes – e em especial à sua Família – que me relevem a pobreza quase franciscana das considerações que aqui trouxe nesta tarde chuvosa de Dezembro. E isto por um motivo: é que, em boa verdade, as únicas palavras dignas de Luís de Almeida Braga não são as minhas. As únicas palavras dignas de Luís de Almeida Braga são aquelas com que ele escreveu as suas obras.



OBRA LITERÁRIA DE LUÍS DE ALMEIDA BRAGA¹⁰⁴

I. LIVROS E OPÚSCULOS:

- *Pão Alheio*, Coimbra, F. França Amado, 1916
- *O Culto da Tradição*, Coimbra, F. França Amado, 1916
- *O Mar Tenebroso*, Coimbra, F. França Amado, 1918
- *O Sentimento Nacionalista*, São Paulo, Dionysos, 1921; 2.^a ed. *Integralismo Lusitano* – Conferência proferida na Faculdade de Direito de São Paulo, Porto, Editor A. A. Aguiar, 1921
- *O Significado Nacional da obra de Camilo* – Conferência proferida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,

¹⁰⁴ Relação não exaustiva.

- Lisboa, Portugália Editora, 1923
- *Ao Serviço da Terra*, Braga, Livraria Cruz, 1930
 - *Paixão e Graça da Terra*, Porto, Livraria Civilização, 1932; 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, s.d.; 3.^a ed. Lisboa, Edições GAMA, 1948
 - *Grandeza e Misérias do Bom Jesus do Monte*, Braga, Livraria Cruz, 1940
 - *Sob o Pendão Real*, Lisboa, Edições GAMA, 1942
 - *Posição de António Sardinha*, Lisboa, Edições GAMA, 1943
 - *A Revolta da Inteligência*, Lisboa, Portugália Editora, 1944
 - *Dom João Valera e as Letras Portuguesas do seu Tempo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1948
 - *Alegoria das Danças Minhotas*, Vila Nova de Famalicão, Of. Gráficas Minerva, 1948
 - *Loa do Vinho Verde*, Vila Nova de Famalicão, Of. Gráficas Minerva, 1949
 - *Lunário Sentimental*, Vila Nova de Famalicão, Of. Gráficas Minerva, 1949
 - *Alberto de Monsaraz no Jardim das Rimas*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1952
 - *Núvens sobre o Deserto*, Lisboa, Portugália Editora, 1954
 - *Espada ao Sol*, Lisboa, Biblioteca do Pensamento Político, 1969

II. PREFÁCIOS:

- «Estudo-prefácio» para o poema *Roubo de Europa* de António Sardinha, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1931
- «Em signo de Latim» – prefácio à obra *O humanista Dom Jerónimo Osório* de Aubrey F. G. Bell, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934

- «À porta da aula de Fr. João dos Prazeres» – prefácio à 2.^a edição da obra *Abecedário Real e Regia Instrucçam de Principes Lusitanos* de Fr. João dos Prazeres, Lisboa, Edições GAMA, 1943
- «Dom Jerónimo e o nobre serviço de mandar» – prefácio à tradução portuguesa da obra *De Regis Institutione et Disciplina* de D. Jerónimo Osório, Lisboa, Edições Pro Domo, 1944
- «Honra e glória de Paiva Couceiro» – prefácio à obra *Profissão de Fé – Lusitânia Transformada* de Henrique de Paiva Couceiro, Lisboa, Edições GAMA, 1944
- «A Revolta da Inteligência» – prefácio destinado à 4.^a edição da obra *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monarchicos* de José da Gama e Castro, Lisboa, Edições Pro Domo, 1945 [publicação em separado]
- «Prefácio» à obra *Antologia. I – Líricas* de António Corrêa de Oliveira, Porto, Livraria Tavares Martins, 1946; 2.^a ed. Porto, Livraria Tavares Martins, 1959

III. COLECTÂNEAS E TEXTOS EM CO-AUTORIA:¹⁰⁵

- «A Lição dos Factos», in *A Questão Ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Ltd., 1916
- *Estatuto do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Tip. de «A Monarquia», 1917
- «Cantiga da Ventura e do Amor», in *Folhas de Ouro – Album Litterario e Artistico*, Lisboa, Tip. Caminhos de Ferro do Estado, 1917
- «Relatório da missão mandada a Londres, junto de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Manuel II, pela Junta Central do Integralismo Lusitano, em Setembro de 1919», in *A Questão Dinástica. Documentos para a*

¹⁰⁵ Não se incluem neste rol os Manifestos, Mensagens e Notas Oficiosas da Junta Central do Integralismo Lusitano, de que foi também co-autor.

História mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano, Lisboa, Industrias Gráficas Lda., 1921

- «Parecer jurídico» sobre a pena de demissão de oficial do Exército aplicada ao Major de Cavalaria Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo (Margaride), in António Pinto Machado, *Justiça Política*, Guimarães, Oficinas de S. José, 1932.
- «Parecer jurídico» sobre a administração dos bens da Casa de Bragança, in *A Casa de Bragança – História e Polémica*, Lisboa, Portugália Editora, 1940
- «Resposta» dos signatários do parecer jurídico sobre a administração dos bens da Casa de Bragança às cartas do Sr. Conselheiro Fernando Martins de Carvalho, in *A Casa de Bragança – História e Polémica cit.*, Lisboa, Portugália Editora, 1940
- «Última resposta» dos signatários do parecer jurídico sobre a administração dos bens da Casa de Bragança às últimas razões do Sr. Conselheiro Fernando Martins de Carvalho, in *A Casa de Bragança – História e Polémica cit.*, Lisboa, Portugália Editora, 1940
- «Resposta» dos signatários do parecer jurídico sobre a administração dos bens da Casa de Bragança à carta do Sr. Dr. Alberto da Silveira Costa Santos, in *A Casa de Bragança – História e Polémica cit.*, Lisboa, Portugália Editora, 1940
- «Meditação», in *Paiva Couceiro – Biografia Política e In Memoriam*, Lisboa, Oficina Gráfica Lda., 1946
- «Imagem e sentimento de Império em Afonso Lopes Vieira», in *Afonso Lopes Vieira. 1878-1946. In Memoriam*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947
- «Portugal Restaurado pela Monarquia», in *Cidade Nova*, Coimbra, II série, n.º 6, Julho de 1951; *Gil Vicente*, Guimarães, 2.^a série, vol. II, n.ºs 9-10, Setembro-

Outubro de 1951; *Reconquista*, São Paulo, vol. III, n.ºs 2-3, 1952

IV. TRADUÇÕES:

- «Le Mystère de l'Âme», trad. francesa da peça *Auto da Alma* de Gil Vicente, precedida de algumas palavras sobre a vida e a obra do Autor, in *Durendal – Revue Catholique d'Art et de Litterature*, Bruxelles, ano 20, n.º 10, Outubro de 1913 [em colaboração com Jos. Vandervelden]

V. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Colaboração estampada em publicações periódicas nacionais e estrangeiras, nomeadamente as que de seguida se relacionam:

- *Acción Española* [Madrid]
- *Aléo* [Lisboa]
- *Alma Portuguesa* [Louvain]
- *Arquivo Coimbrão* [Coimbra]
- *Atlântida* [Lisboa e Rio de Janeiro]
- *Cidade Nova* [Coimbra]
- *Consciência Nacional* [Porto]
- *Contemporânea* [Lisboa]
- *O Debate* [Lisboa]
- *Diário de Lisboa* [Lisboa]
- *Diário de Notícias* [Lisboa]
- *Dionysos* [Coimbra]
- *Durendal* [Bruxelles]
- *Fradique* [Lisboa]
- *Gil Vicente* [Guimarães]
- *Idea Nacional* [Lisboa]

- *O Instituto* [Coimbra]
- *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses* [Lisboa]
- *Ler – Jornal de Letras, Artes e Ciências* [Lisboa]
- *Lusíada* (Porto)
- *Minia* (Braga)
- *A Monarquia* [Lisboa]
- *Nação Portuguesa* [Lisboa]
- *Patria Nova* [Coimbra]
- *Política* [Lisboa]
- *Reconquista* (São Paulo)
- *República* [Lisboa]
- *Revista do Norte* [Porto]
- *Revista dos Tribunais* [Porto]
- *Rua Larga* [Coimbra]
- *Scientia Iuridica* (Braga)
- *Tribuna de Petrópolis* [Petrópolis]
- *Via Latina* [Coimbra]
- *A Voz* [Lisboa]